

A MAÇÃ NA MERENDA ESCOLAR

LEI 13.369/2010



Deputado
Francisco Appio

- Janeiro 2011 -



ÍNDICE

A maçã na merenda escolar.....	2
Governadora aprova a maçã em Vacaria.....	5
Saiu na imprensa.....	6
Diagnóstico da qualidade das águas.....	10
Deputado agraciado com Mérito Legislador.....	13
Appio homenageado pelo Tribunal de Contas.....	14
Troféu Fernando Pessoa.....	15
Fazenda Nossa Senhora do Socorro.....	16
Travessias urbanas.....	20
Aeroporto de Vacaria decola.....	22
O trem na paisagem.....	25
Saúde, um desafio permanente.....	27
Vacariano na radiologia.....	28
Mário Schiochet, um líder inesquecível.....	31
Deputado contesta Coronel da Brigada.....	36
Liminar da Justiça admite queima-de-campo.....	39
Emenda beneficia setor moveleiro.....	40
Festa lagoense em 31 de janeiro	41
20 de abril – Dia Estadual do Tropeirismo.....	42
Armando Waldemar de Zorzi na RS020.....	44
Archimedes Almeida na RS461 em Lagoa.....	48
Presença do Corretor de Seguros.....	51
Ações Legislativas e Projetos de Lei.....	53
Da banca à Tribuna Parlamentar.....	54
Appio presta contas.....	57
Publicações.....	65

A MAÇÃ NA MERENDA ESCOLAR

A inclusão da fruta na merenda escolar não é uma imposição da Lei 133.369/2010, mas um bom motivo para debater a “alimentação saudável” de nossas crianças. Surgiu por ocasião da 1ª FRUTIVAR em outubro de 2009, nas palestras de nutricionistas, médicos e cientistas, sobre as propriedades nutraceuticas da maçã.

Nosso projeto de Lei tramitou na Assembleia Legislativa, com a Justificativa a seguir reproduzida, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário do Parlamento gaúcho. Sancionado pela Governadora Yeda Crusius, o projeto foi publicado como Lei 13.369/2010, orientando os órgãos do Estado para a inclusão da fruta na merenda escolar.

A sinalização das qualidades da maçã, para complemento alimentar e auxílio na higiene bucal, despertou o interesse de prefeitos e secretários municipais, onde a inclusão foi adotada.

Um dos obstáculos para a definitiva e completa inclusão da Maçã na Merenda Escolar é a superação da logística de distribuição, com as dificuldades de armazenagem em temperatura adequada.



Na publicação, “**Vacaria da Maçã e dos Rodeios**”, comemorativa aos 160 Anos do município, o Deputado Francisco Appio selecionou a fotomontagem da maçã com chapéu gaúcho, para denunciar a fragilidade da produção regional frente a sinistros como do granizo em novembro de 2010, que afetou 70% dos pomares dos Campos de Cima da Serra.

Na publicação que pode ser acessada em www.appio.com.br além do granizo, destaque para a participação dos produtores na Interpoma de Bolzano/Itália.

A seguir, pela ordem, o texto da Lei 13.369 e sua Justificativa. Nas páginas seguintes, reportagens jornalísticas destacaram a aprovação da nova lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI Nº 13.369 DE 15 DE JANEIRO DE 2010.
(publicada no DOE nº 011, de 18 de janeiro de 2010)

Inclui a maçã e o suco de maçã produzidos no Estado do Rio Grande do Sul no cardápio da merenda escolar da rede pública estadual de ensino.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Ficam incluídos, no cardápio da merenda escolar da rede pública estadual de ensino, a maçã e o suco de maçã produzidos no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de janeiro de 2010.

JUSTIFICATIVA - A maçã é uma das frutas mais consumidas no mundo. Devido a sua facilidade de cultivo e não possuindo sazonalidade, ou seja, sendo colhida durante todo o ano, pode ser usada de forma ampla na culinária. A composição nutricional da maçã merece destaque, principalmente pelo seu alto valor de vitaminas do complexo B, vitamina C e E, além do mineral potássio. Além disso, sua composição de fibras, principalmente da pectina, fornece aproximadamente 10% das necessidades diárias de fibras. O consumo regular da pectina tem se mostrado eficaz no controle da glicemia, auxiliando os portadores de diabetes e manter a boa saúde. O consumo aproximado de 2 maçãs pequenas ao dia, fornece a dose de pectina necessária.

A pectina auxilia também na redução do mau colesterol, pois forma uma barreira de fibra na parede intestinal impedindo a absorção do colesterol e de outras gorduras. Há quem diga que a maçã costuma “abrir” o apetite, mas na realidade o que os estudos demonstram é um efeito importante na saciedade. As fibras presente nas casca são do tipo insolúvel, ou seja, não são digeridas e desta forma ficam presentes por mais tempo no estômago, induzindo a sensação de saciedade.

A maçã exerce uma função benéfica e protetora para toda a mucosa do trato digestivo, pois além das fibras possui agentes cicatrizantes, portanto indicada para os que sofrem de problemas como azia, gastrite e úlceras, além de auxiliar no funcionamento intestinal. As vitaminas do complexo B colaboram com a saúde do sistema nervoso, no crescimento infantil, na saúde da pele.

É uma excelente fonte de nutrientes para o cérebro, pois é rica em vitamina C e ácido fosfórico. É ainda uma poderosa arma desintoxicante e antioxidante, pois é fonte de ácido málico, essencial para o processo de detoxificação hepática e para a neutralização dos radicais livres.

Os Taninos e os Flavonóides, fitonutrientes presentes na maçã, possuem ação antioxidante, prevenindo o envelhecimento precoce, adstringente e principalmente anti-inflamatória.

O presente projeto visa incluir esta fundamental fruta na merenda escolar do Estado, que além de trazer os benefícios mencionados à saúde das crianças e adolescentes, também irá contribuir para o aumento do consumo do produto no Estado e, conseqüentemente, contribuirá para o incremento da produção e renda do setor de maçãs, pois o nosso Estado, especialmente a região dos Campos de Cima da Serra, é o maior produtor de maçã do Brasil.

Portanto, por todas estas razões elencadas e dentro da legalidade da iniciativa, visto a aprovação de projetos de mesma natureza, apresentamos a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Colenda Casa Legislativa para sua aprovação.
(Francisco Appio - Assembleia Legislativa).

GOVERNADORA APROVA A MAÇÃ EM VACARIA

Na abertura oficial do 28º Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria, a Governadora Yeda Crusius salientou a importância da Lei 13.369/2010, proposta pelo deputado Francisco Appio, que inclui a Maçã e o suco de maçã na merenda escolar.

A governadora Yeda saboreou a fruta símbolo da região em visita aos acampamentos do Parque Nicanor Kramer da Luz após a abertura oficial do rodeio.



A lei também foi destaque no Jornal Pioneiro de 03/02/2010 (na página seguinte) que enfatizou a importância do consumo da fruta pelos alunos por suas propriedades nutraceuticas.

Não esqueça da maçã na lancheira

Produtores acreditam em ganhos como busca por qualidade e formação de futuros consumidores

KELLY ISIS PELISSER

Vacaria – A maçã e o suco da fruta farão parte do cardápio de cerca de 1,2 milhão de estudantes gaúchos. A lei que assegura a inclusão dos produtos na merenda escolar foi sancionada recentemente pela governadora Yeda Crusius (PSDB). A medida deve beneficiar produtores de toda a região, especialmente de Vacaria, cidade responsável pela metade das maçãs colhidas no Estado. Em pleno início da colheita da safra deste ano, os produtores estão otimistas com o incentivo, embora não seja possível precisar o quanto a nova legislação deve acarretar em aumento de vendas.

A lei 13.369 partiu de um projeto de autoria do deputado Francisco Appio (PP). A legislação apenas incentivava a inclusão da maçã, mas não fixa a quantidade a ser consumida pela gurizada.

Em algumas cidades, a merenda da rede estadual é municipalizada, ou seja, o governo do Estado repassa recursos ao município, que é res-

ponsável pela compra e distribuição dos produtos aos colégios públicos. Em outras, é o que se chama de escolarizada, ou seja, as coordenadoras repassam os recursos para que cada escola compre sua merenda. O colégio deve tomar preços com três fornecedores e optar pelo menor.

Dos 14 municípios da região da 4ª Coordenadoria Regional de Educação (4ª CRE), com sede em Caxias

Principal objetivo da lei é educar e criar uma discussão sobre o que é consumido

do Sul, cinco têm a merenda municipalizada: Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Petrópolis, São Marcos e Picada Café. No restante, incluindo Caxias, cada colégio é responsável pela compra do lanche. Há diretrizes do governo do Estado que orientam quais produtos podem ser comprados.

– As refeições devem ser balanceadas, ter uma comida salgada, frutas e verduras. Nutricionistas acompanham o cardápio. Quanto às

frutas, elas já são uma prática. Mas é importante essa lei para que as escolas realmente comprem maçãs. Ela vai reforçar o que as escolas vinham fazendo. Os diretores sempre têm dúvidas na hora de comprar a merenda e, se um alimento entra na lista, é uma garantia para eles – explica a coordenadora da 4ª CRE, Marta Fattori.

O deputado Appio explica que já havia tentado, em outros mandatos, encaminhar o projeto de lei, mas não tinha sido bem aceito. Com a aprovação da inclusão do suco de uva na merenda escolar, no ano passado, protocolou novamente o projeto da maçã. Conforme ele, a principal motivação do projeto é inserir um alimento saudável na merenda.

– A maçã tem propriedades nutricionais (*nutritivas e terapêuticas*) e colabora com a higiene bucal. Não sei se aumentará tanto as vendas porque implica uma logística complicada, já que maçã é um produto perecível. Os produtores preferem colocar uma grande quantidade de caixas numa única vez, como em um mercado, do que vender algumas caixas. O espírito da lei é mais pedagógico, de educar para criar a discussão sobre o consumo, do que impositivo – explica o deputado.

kelly.pelisser@pioneiro.com

NA IMPRENSA



MAÇÃ NO MENU

A maçã entrou no cardápio das escolas por força de uma lei sancionada pela governadora Yeda Crusius (PSDB), mas, na verdade, a lei está sendo amplamente comemorada. Os produtores apostam nas vendas e na formação de novos degustadores da fruta. Os nutricionistas elogiam a iniciativa por causas das propriedades nutrientes da maçã. Os 1,2 milhão de estudantes ainda não provaram a novidade nas escolas, mas os benefícios do consumo regular para a saúde são evidentes. **Página 10**

Fonte: Jornal Pioneiro 03/02/2010

NA IMPRENSA



Fonte: Jornal do Comércio 04/02/2010

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ao completar 37 anos desde sua implantação, a produção de maçã acaba de alcançar mais uma vitória. Graças à lei 13.369/2010 foi reconhecida como Alimento Saudável e incluída na Merenda Escolar. Esta conquista soma-se a Isenção do ICMS, em 2005.

Autor da lei, o deputado Francisco Appio realizou a 1ª Frutivar em outubro de 2009, com médicos, nutricionistas e cientistas debatendo as propriedades nutracêuticas e a utilidade da fruta na saúde bucal. As palestras podem ser acessadas na publicação (capa ao lado) em www.appio.com.br



A MAÇÃ DE TODOS NÓS

Você sabia que a maçã tem um alto poder nutricional? Você sabia que a maçã ajuda na higiene bucal? Você sabia que a maçã é importante no controle da glicose (diabetes) e do colesterol? Você sabia que está confirmado o jargão americano “**Coma uma maçã por dia e fique longe do médico**”. Você sabia que a maçã responde pela metade dos empregos de Vacaria e por grande parte da economia regional? Você sabia que a maçã representa hoje quase metade dos negócios que se refletem no comércio varejista gerando mais empregos? Você sabia que Vacaria é a segunda maior produtora de maçãs do país e a maior exportadora? Leia mais sobre a maçã dos Campos de Cima da Serra nas separatas e publicações em www.appio.com.br

ZERO HORA

Maçã no recreio

Depois do suco de uva, mais um produto com grande produção no Rio Grande do Sul pode carimbar seu passaporte no cardápio da merenda das escolas públicas do Estado.

Projeto que tramita na Assembleia Legislativa prevê a inclusão da maçã gaúcha no menu do recreio.

Assim como o suco de

uva, a proposta do deputado Francisco Appio (PP) pretende contemplar tanto a saúde dos alunos, quanto a do setor: o Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor brasileiro da fruta, com 37% do total colhido no país.

Do ponto de vista nutricional, a maçã tem alto valor de vitaminas do complexo B, vitamina C e potássio, além de ser composta por fibras. Atua no controle da glicemia e do colesterol ruim, diz o projeto.

Zero Hora do dia 24/08/09,
Informe Especial - Lurdete Ertel - p. 03



DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Ao entregar aos prefeitos dos Campos de Cima da Serra, no dia 17/12/2010, o resultado da Pesquisa das Águas, realizado pela Universidade de Caxias do Sul – UCS - com Emenda Parlamentar de sua autoria, o deputado Francisco Appio, em cerimônia presidida pela prefeita de Muitos Capões e presidente da AMUCSER, Mara Barcellos, e pelo Reitor da UCS, Isidoro Zorzi, valorizou o resultado da pesquisa.

“Como Deputado Estadual, participei ativamente dos projetos de asfaltamento da BR285 Vacaria/Bom Jesus/Ausentes, BR470 Lagoa Vermelha/Barracão (fomos nós que federalizamos as rodovias em 1991 e ajudamos a colocar Emendas de Bancada), asfalto de Antônio Prado/Ipê/Vacaria na RS122, criação de novos municípios da região (hoje referência estadual em administração pública).

Como Deputado Federal, a conquista da Hemodiálise, Inclusão Digital em 39 municípios, mais de 22 milhões de recursos a fundo perdido, através de Emendas Parlamentares, mas este projeto é o melhor deles”.



Appio referia-se a repercussão para as futuras gerações, pois o Diagnóstico das Águas permitirá que cada município elabore imediatamente seu Plano Ambiental Municipal, habilitando-se às verbas federais para saneamento e abastecimento.

“Ninguém apresenta Emendas para enterrar canos, muito menos para esgoto. Mas fiz este projeto, pois ao longo de minha vida como repórter ouvi as queixas e angústias de quem vive na cidade e no campo. E se cuidamos da água, estamos preservando a vida, pois é saúde pública”, comenta.



O parlamentar admitiu que este tipo de projeto não dá voto, mas garante que não foi esta a causa da não reeleição.

“Faltou cadeiras no PP e, além disso, as campanhas milionárias transformaram a conquista do voto num grande jogo de interesses pessoais. E não há mais lugar para dois deputados da região. Muitas candidaturas inviabilizaram o Deputado Distrital”, explica o deputado.

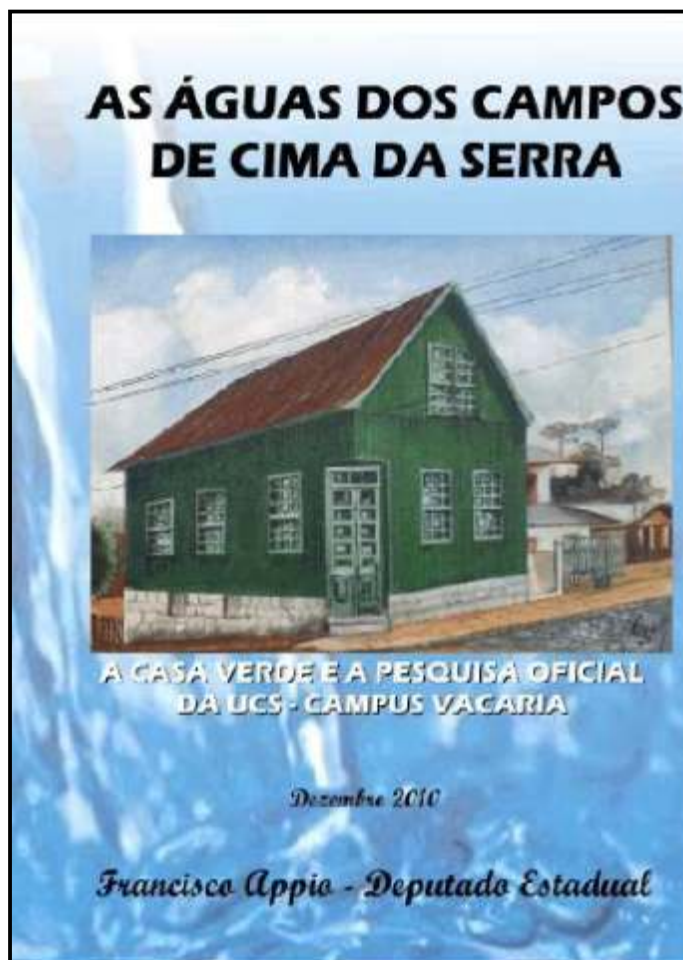
Appio está percorrendo os municípios da região, entregando os resultados e enfatizando a importância de acesso aos programas de Saneamento do Governo Federal.

Em Jaquirana, entregou o relatório ao vereador e presidente da Câmara, Nelson Borges de Melo, que por sua vez entregou ao prefeito Ivanor Rauber.

Em Cambará entregou ao presidente do Sindicato Rural, Delano Teixeira, que fez chegar ao prefeito Aurélio Lima.

Na Assembleia Legislativa, Appio transcreveu nos Anais do Parlamento parte do Relatório e publicou a separata "AS ÁGUAS DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA" que pode ser acessada em www.appio.com.br

A versão impressa (5000 exemplares) será distribuída nas escolas de ensino médio e fundamental da região.



DEPUTADO AGRACIADO COM MÉRITO LEGISLADOR



O deputado Francisco Appio recebeu terça-feira 26/05/2009, no auditório do Senado Federal, em Brasília, o Prêmio Mérito Legislador 2008. Foram premiados os parlamentares autores de leis consideradas de alcance social.

A homenagem ao parlamentar é um reconhecimento à relevância social da lei de sua autoria – Lei nº. 12.876/07 - que proíbe operadoras de telefone fixo e celular de bloquear a identificação de chamadas. “Homenagens como esta são importantes porque valorizam o trabalho dos parlamentares e suas iniciativas em busca de melhorias concretas para a vida da população”, resumiu.

Promovido pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (IDELB), o prêmio Mérito Legislador valoriza projetos e iniciativas de autoridades públicas municipais, estaduais e federais em defesa dos interesses de suas comunidades e do País. Nesta primeira edição, vereadores, deputados estaduais, distritais, federais e senadores foram premiados.



Foto: Agência Edison Castencio/divulgação

APPIO HOMENAGEADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

O deputado Francisco Appio recebeu, no dia 07/12/2010, no Salão Nobre do Tribunal de Contas, o troféu *O Gaúcho*, obra de arte em metal, assinada por Glória Corbetta. A escultura-símbolo acompanha a Resolução nº717/05 e o Diploma concedido em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Corte de Contas, assinado pelo presidente João Osório e Conselheiros.

“Desejo compartilhar esta homenagem dos Conselheiros e Servidores que integram o Tribunal de Contas do Estado com a equipe de trabalho, que ao longo de vinte anos integrou nosso gabinete, aqui representados pelo Rubens Paganella do Prado, e com profissionais que assessoram a Bancada do Partido Progressista na Assembleia, representados pelos advogados Luiz Fernando Rodrigues Júnior, Ramiro Pedrazza e Roberto Scussel Lonzetti. Esta generosidade da mais Alta Corte de Contas aquece o coração, serve de bálsamo às tristezas e estímulo aos futuros desafios”.

Prestigiaram a cerimônia Algir Lorenzon, Marco Peixoto, Iradir Pietroski, Cezar Miola, João Osório, o procurador do Ministério Público Dr. Geraldo da Camino, além de autoridades e servidores do Tribunal. Helio Mileski e Victor Faccioni ausentes, em viagem, mas representados.



Appio com o Conselheiro Cezar Miola à esquerda e com o Presidente João Osório na foto abaixo.



Francisco Appio integra a Comissão de Constituição e Justiça, que presidiu nos anos de 2007 e 2008. Foi destacado como legislador atuante, relator de projetos legislativos.



TROFÉU FERNANDO PESSOA - Em 30/11/2009, o deputado Francisco Appio foi agraciado com o Troféu Fernando Pessoa, do Instituto Cultural Português, em Porto Alegre, por dedicar-se as questões culturais lusitanas e açorianas em Vacaria e região. Appio é autor de mais de 35 publicações que resgatam fatos e personagens da história, dentre eles “Vacaria Açoriana” e “Vacaria dos Borges”.

O Troféu foi criado pelo Instituto para homenagear personalidades que fazem da Língua luso-brasileira instrumento da edificação da cultura.

Além do deputado Francisco Appio, também foram homenageados Carlos Urbim, e a consagrada pesquisadora Vera Maciel Barroso.



FAZENDA NOSSA SENHORA DO SOCORRO



Autor do Projeto de Lei 257/2010, que reconhece a Fazenda Nossa Senhora do Socorro, de Vacaria, como de interesse Cultural e do Patrimônio Histórico, o deputado Francisco Appio lamenta que apesar de todos os esforços não conseguiu aprovar a proposição, antes de sua saída da Assembleia.

Ao término de seu quinto mandato, Appio gestiona junto aos seus colegas de bancada, para que o projeto seja desarquivado em fevereiro/2011, para retomar sua tramitação e aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, onde obteve Parecer Favorável do deputado.

Na JUSTIFICATIVA do PL257/2010 (nas próximas páginas), Appio relata a pesquisa oficial realizada pela Universidade de Caxias do Sul, para o resgate e ordenação documental, da primeira grande fazenda rural da região, datada de 1742, ainda no domínio espanhol.

A pesquisa foi parcialmente publicada em www.appio.com.br na separata "VACARIA DA MAÇÃ E DOS RODEIOS 160 ANOS" disponível para acesso imediato.



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem o objetivo de declarar como bem integrante do patrimônio cultural e histórico do Estado do Rio Grande do Sul a Fazenda do Socorro, localizada no Município de Vacaria. A Fazenda do Socorro, no município de Vacaria, tem sua viagem no Século XVIII, ao tempo em que os paulistas de Sorocaba vinham aos campos da “Vacaria dos pinhais”, buscar gado e comprar Muares para o serviço da Minas Gerais.

As terras da Fazenda foram dadas em Sés Maria, no ano de 1770, por ato do Governador Geral do Brasil, General Gomes Freitas de Andrade, conde de Bobadella, a José Campos de Bandeburgo, Paulista, que foi um dos 3 primeiros povoadores dos Campos de Vacaria. Ela tomou então o nome de “Sés Maria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” – que é ainda hoje a padroeira da bonita capela da atual fazenda do Socorro, situada no 1º distrito de Vacaria, a 18Km da Sede do Município. José de Campos Badenburgo teve de seu casamento com D. Ana Maria de Braga Mello (Outros dizem que de uma união irregular com uma índia) uma única filha, Clara Jorge, que veio a desposar Manoel Rodrigues de Jesus, falecendo em 1815.

O viúvo resolveu então dividir suas imensas propriedades entre seus filhos. A fração correspondente a atual fazenda do Socorro era, em 1882, propriedade de José Joaquim Ferreira, que a houvera por seu casamento com uma neta de Manoel Rodrigues de Jesus. Esta senhora sofria de alienação mental, não participando da vida e do trabalho de seu esposo, homem grandemente respeitado por seus vizinhos e pelos demais fazendeiros da região.

A Fazenda foi, então, cenário de trágicos acontecimentos. Vivia lá o genro de uma irmã da esposa do fazendeiro, Francisca Clara de Jesus. Este homem, de nome Domingos Gomes da Cunha, dever ia ser, por testamento do velho José Joaquim Ferreira, o herdeiro de seus bens, com a condição de que vivesse na Fazenda e desse assistência ao esposo de sua tia na administração da mesma, enquanto vivos fossem ambos. Vieram, porém, a desentender-se os dois homens; Domingos, no entanto, não abandonou a Fazenda, pois do contrário se veria frustrado da herança, nos termos do testamento. A situação tornou-se cada vez mais tensa, e, finalmente, intolerável.

O velho José Joaquim de Ferreira, que já andava por mais de 70 anos de idade, resolveu então anular seu testamento, deserdando o genro de sua irmã, e constituindo com herdeiros irmãos e sobrinhos de sua mulher.

Nesse propósito, deliberou dirigir-se a sede da comarca afim de registrar em cartório o novo testamento, anulando o primeiro. Viajaria a cavalo, acompanhado apenas de um escravo de confiança. Domingos Gomes da Cunha, desesperado por ver-lhe escapar uma fortuna, que de a muito tinha como sua, resolveu fazer assassinar o tio, peitando para isso um seu escravo de nome Anacleto, que devia atocaiar o velho fazendeiro no caminho para a vila. Este, porém, precavido, madrugou, e viajou tão cedo que escapou a tocaia, chegando são e salvo onde o novo testamento foi devidamente assinado e registrado, perante as 5 testemunhas de costume, causando grande sensação entre o povo de Vacaria, onde logo correu a notícia.

Na volta, porém, o velho fazendeiro não escapou a vingança do frustrado herdeiro, tombando assassinado. Desde o primeiro momento, ninguém teve dúvidas sobre o mandante do assassinato. Domingo e o escravo foram intimados a prestar declarações. Ambos negaram qualquer envolvimento no crime, mas o escravo acabou confessando que matou o fazendeiro e mandando Domingos Gomes da Cunha, que tentou então fugir, mas foi preso e conduzido para a cadeia de Porto Alegre, onde acabou suicidando-se.

Tão Dramáticos e sangrentos acontecimentos, aos quais se acrescentará outro presumido assassinato, o da esposa do fazendeiro Luiz Brito, proprietário do Socorro em 1903, que o rumor público dizia ter morrido envenenada logo após dar a luz a sua filha Otília. Em 1903, a Fazenda, então em poder de Honório de Brito que administrava em nome de seus netos Luiz e Ieda, últimos descendentes de José Joaquim Ferreira, foi comprada por Marcos Flores de Noronha.

Por essa altura, a Fazenda, aureolada de uma sombria fama pelos tristes sucessos a que dera origem, passava injustamente por arrastar um destino aziago. O contrário bem se viu a seguir. Marcos Flores de Noronha, homem de campo de larga experiência, logo dedicou-se com êxito a valorizá-la.

Ao falecer em 1929, próspero e feliz, seus dois filhos, Lourdes e Abelardo herdaram a propriedade, que seu genro e filha passaram a administrar com tino e entusiasmo, o seu trabalho árduo e persistente vindo a transformar em pouco tempo a Fazenda do Socorro em uma propriedade rural modelar.

Sua proprietária, D. Lourdes Noronha Pinto, filha de Marcos Flores de Noronha, dedicou-se com amor a restaurar e embelezar o velho casco da estância, hoje residência de extremo conforto e bom gosto, construindo ao seu lado a linda capela da padroeira, Nossa Senhora do Socorro, e cercando o conjunto com formosos jardins. A par disso, tornou a Fazenda do Socorro o primeiro estabelecimento Rural do Rio Grande do Sul a possuir instalações completas da fabricação de laticínios e de conserva de carne em condições modernas e higiênicas.

Sob sua gestão, colocou-se também à vanguarda de todos os estabelecimentos rurais do Estado no tocante a implantação de pastagens artificiais, de métodos avançados de zootecnia e de agricultura, e recentemente também à fruticultura, atividade pioneira que está abrindo a região de Vacaria novos horizontes de oferta de empregos, de produção e de exportação de produtos valorizados no mercado nacional como no internacional.

A fazenda do Socorro é uma das maravilhas a serem visitadas, foi importantíssima na economia gaúcha da época e é uma das mais antigas do RS, aberta a visitação.

O Município de Vacaria através da Lei Municipal nº 2.437/2007, autorizou o tombamento da Fazenda do Socorro por todo o acervo histórico arquitetônico e cultural do local dentro do contexto da história de Vacaria e do Estado do Rio Grande do Sul. Por tudo isso, entendemos que o presente projeto vem resgatar este monumento histórico a nível Estadual com a declaração de bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado e Fazenda do Socorro.
(Francisco Appio - Assembleia Legislativa)

TRAVESSIAS URBANAS

Fundada há mais de século e meio, Vacaria desfruta de privilegiada posição geográfica, o que lhe valeu o título de “Porteira do Rio Grande”, a porta de entrada e saída do Estado.

Sobre ela, foram abertas duas rodovias federais (BR116 e BR285) que se cruzam no núcleo urbano, além de uma ferrovia (Troncosul), que também secciona a cidade.

Até a década de 80, a cidade assimilou estas passagens urbanas da ferrovia e das rodovias federais. Porém, com o crescimento urbano e aumento do fluxo de veículos agravaram-se os problemas de circulação, estrangulando seu desenvolvimento.

O acesso da BR285 à BR116 é considerado caótico, bem como a transposição da BR285 (Avenida Militar), de um lado para outro. Os cruzamentos das ruas Júlio de Castilhos, Farroupilha, Ramiro Barcelos e Moreira Paz causam dores de cabeça aos habitantes e aos motoristas que trafegam pelo local.

A linha férrea divide a cidade e causa enorme engarrafamentos, pois a passagem mais usada no Viaduto da Av. Militar é insuficiente para atender toda a movimentação de veículos. No outro viaduto próximo (Borges de Medeiros), não há trânsito de caminhões, e na passagem de nível da Campos Sales o tráfego é precário e somente diurno. A outra passagem, sobre os trilhos do trem, está no ponto extremo da rua Ramiro Barcelos, junto ao Batalhão da Brigada Militar e dá acesso às vilas Municipal e COAB.

Privatizada, a ferrovia Troncosul, uma conquista da década de 70, transformou-se em ponto de polêmica com a autorização da Prefeitura Municipal, de instalação de um Terminal de Cargas e Grãos na antiga estação ferroviária, pela iniciativa privada. Normalmente, apenas um comboio trafega pela ferrovia, pela madrugada.

A existência do terminal privado está sendo questionada, surgindo bons argumentos, para os que defendem o desvio da ferrovia, retirando-a do centro da cidade.

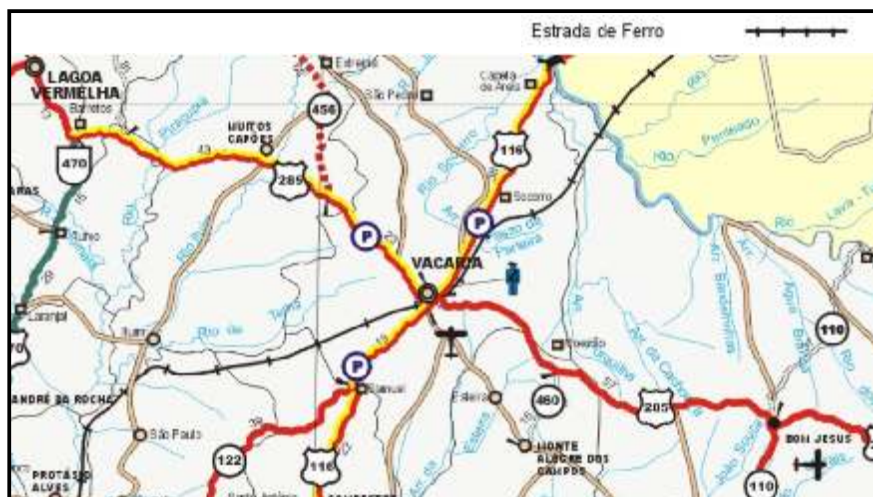
Por outro lado, antigos projetos de contornos da BR285 e BR116, sem melhorias urbanas, são questionados pelos que temem o isolamento da cidade. Moradores e comerciantes redigiram abaixo assinado e pressionaram as autoridades para que tais alterações não tragam prejuízos ao comércio e turismo.

Sem trazer melhorias às travessias urbanas, a concessionária de pedágios com contrato de 15 anos (vence em 2013), pouco realizou. Nem mesmo a polpuda receita de ISSQN, gerado pelos pedágios, trouxeram as reclamadas melhorias.



“Alinhada com o Governo Federal e Governo do Estado, a Prefeitura de Vacaria tem a faca e o queijo na mão para promover as travessias urbanas, melhorias das passagens da BR285 e BR116 pelo centro da cidade, e execução dos projetos de contornos, sem o isolamento temido pelos comerciantes e moradores”, destacou o deputado Francisco Appio.

Na publicação “VACARIA DAS OLIVEIRAS - Outubro 2009” destacamos a importância da ferrovia Tronco-Sul.



AEROPORTO DE VACARIA DECOLA - Nos próximos dias será concluído o processo Licitatório, aberto pelo Estado ,para a construção do Terminal de Passageiros. Recursos para a execução da obra estão previstos em orçamento. Por outro lado, caberá ao novo Secretário da Infraestrutura, Beto Albuquerque, abrir o debate para a forma de concessão do Terminal de Cargas, a ser explorado pela iniciativa privada.



Com 2.020 metros de pista e 30 metros de largura, conta ainda com mais 200 metros de “Reza” (área de terreno mole) em cada cabeceira, para a segurança das aeronaves.

Poderão ser desapropriadas novas áreas, para ampliação da pista, no futuro. As áreas de acessos aos futuros terminais e de taxiamento estão sendo pavimentadas. O município cumpriu a sua parte no Convênio, desapropriando a área de quase 30 ha, para sediar o Aeroporto.

Conquistado ainda no Governo Britto, em 1996, que o incluiu no PROFAA com a contrapartida de 30% do Estado, o Aeroporto de Cargas poderá, no futuro próximo, transformar Vacaria em grande terminal de Cargas, combinado com as duas rodovias federais (BR116 e BR285) e a ferrovia Tronco Sul.



MÉRITOS - É um exagero atribuir esta conquista dos Campos de Cima da Serra apenas ao Governo Federal e à administração municipal de Vacaria. O que fizeram pela obra foi importante, não mais do que fizeram Francisco Appio, o prefeito Mezari e o Governador Antônio Britto em 1996.

“Devemos à Governadora Yeda a decisão política e administrativa de concluir a grande obra, após 12 anos. Para Vacaria e o próximo governo sobra o desafio da construção do Terminal de Passageiros e Cargas, além dos serviços complementares, para o pleno funcionamento do Aeroporto Regional. Tenho certeza que não será apenas para cargas, mas vôos regionais, que permitam maior aproximação com a capital do Estado e outras cidades brasileiras”, concluiu o parlamentar no 28º Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria em 31/01/2010.



Aeroporto de Cargas de Vacaria, dezembro/2010

O TREM NA PAISAGEM



O trem chegou com a Tronco Sul, a maior ferrovia do sul do país, concluída pela União em 1967.

A cidade viu a paisagem mudar em 09 de março de 1967 quando chegou o primeiro trem.

O transporte de cargas e grãos ganhou grande impulso.

Com a privatização, a ferrovia adquirida pela ALL viabilizou a terceirização do Terminal de Cargas, atualmente em operação.

O trem e o asfalto trouxeram o Exército, mas o Batalhão foi embora. Deixou o “cavalo de ferro” disputando espaço na paisagem dos Campos de Cima da Serra, com o cavalo crioulo, charolês, ovino Ile de France, soja e milho e a maçã.

Os trilhos cortaram a planície e dividiram a cidade, mas ainda não foram incorporados à cultura regional. Não há fotos, nem quadros artísticos, sobraram os ferroviários dispensados na privatização da RFFSA.

Quando o Batalhão foi embora, o trem trouxe a maçã. A necessidade de suprir a lacuna econômica, aberta pela transferência do exército, impôs uma nova alternativa que os administradores públicos da época plantaram com a semente da criatividade e o adubo da necessidade.

O trem apitou na área urbana há 40 anos. A Estação Ferroviária foi inaugurada em 24/03/69 pelo presidente Costa e Silva, 20 anos depois da chegada do Batalhão e 10 da sua transferência para Carazinho.

Vinte anos depois de iniciada, foi concluída a TRONCO SUL, ligando o sul ao centro do país, reconhecida como uma das grandes obras do Exército Brasileiro com seus 134 km de trilhos, entre o Pelotas e o rio da Prata, além de 46 viadutos e pontes e 57 túneis.

Sem passageiros, dedicado ao transporte de cargas, o comboio de dezenas de vagões e o vai e vem das locomotivas mudaram as manhãs dos moradores próximos à ferrovia. De madrugada, o apito do trem alerta pedestres de várias passagens de nível, sobre o perigo.

No viaduto da Avenida Militar, o trem passa sobre os carros. Na Ramiro Barcelos, o trem trafega sob a pista de veículos. A passagem de nível da Rua Campos Sales agora tem cancela, sinalizador e guarda. Mas na passagem improvisada da Rua Antonio Velho o risco é maior.

A Estação Ferroviária deu lugar ao Terminal de Cargas da Empresa Susin/Zanon/Barison. Os ferroviários foram aposentados e se dispersaram. O Sindicato tenta reagrupá-los, defendendo seus interesses nas disputas trabalhistas. As máquinas Diesel movimentam-se pelo menos duas vezes ao dia.



O trem ficou, a maçã apareceu, veio a faculdade e novas empresas foram instaladas. O Batalhão permaneceu apenas na memória dos mais antigos, como um período especial de nossa história, recheado de progresso econômico, cultural, social como ficou reconhecido na homenagem prestada pela Assembleia Legislativa em 05/05/2009.

Dos 40 anos do Batalhão, o Coronel José Zerni Severo Totti, como soldado e oficial, foi quem mais tempo serviu ao exército na região. Foi condecorado pelo Parlamento Gaúcho, iniciativa do deputado Appio.



Na foto, Rubens Prado, Francisco Appio, Coronel Totti, General Tibério e Coronel Cantagalo na homenagem prestada ao extinto 3º Batalhão Rodoviário e sua importância na história de Vacaria e região.

SAÚDE, UM DESAFIO PERMANENTE

RECURSOS PARA O HOSPITAL DE VACARIA - Um dos últimos atos da Governadora Yeda foi publicado no Diário Oficial de 30/12/2010 e garantiu os recursos para o novo Bloco Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, de Vacaria, bem como novos equipamentos.

O Convênio de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) foi assinado na manhã do último dia do ano, pela Secretária Estadual da Saúde, Arita Bergmann, com a diretora do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, Irmã Adelide Canci.

A liberação dos recursos era um compromisso da governo Yeda com o Deputado Francisco Appio e mobilizou a Administração do Hospital, seu Conselho Consultivo, pelos diretores Francisco Schio e Paulo Ossani, Chefe da Casa Civil Bercílio Silva, Diretor do Bannisul Cesar Cechinatto, Bispo Dom Irineu Gassen, os médicos Fernando Lucchese, Protásio da Luz e Osmar Terra.

Para Francisco Appio a liberação da sua Emenda encerra com chave de ouro seu quinto mandato parlamentar. ***“Desejar Feliz Ano Novo, dando esta notícia, nos dá uma grande alegria. Foi uma honra tê-los representado no Parlamento, nestes últimos vinte anos”***, completou.

Na reunião do dia 12/01/2011, com a administração do Hospital o Deputado Francisco Appio recebeu as novas reivindicações: recursos para lavanderia, radiologia e laboratórios (um milhão de reais). E o maior desafio, a substituição das 23 máquinas de hemodiálise instaladas em 2004 (um milhão de reais).

Leia mais sobre as conversações para a melhoria dos equipamentos do Hospital, acessando a publicação FERNANDO LUCCHESI, em www.appio.com.br



VACARIANO NA RADIOLOGIA



DAKIR LOURENÇO DUARTE, médico, especialista em radiologia, presidente da Serdil e diretor-presidente da FSP (Fundação Saint Pastous). Encantou-se pela medicina foi despertado aos oito anos. Na época sofreu fratura complexa de antebraço e foi hospitalizado. As qualidades humanas e a segurança que inspirava seu médico despertaram-lhe a admiração pelo profissional e pelas atividades por ele desempenhadas, por mais doloroso que fosse

o tratamento. O fascínio foi tanto que deixou a cidade natal, Vacaria, no quarto ano do ginásio, para estudar no Colégio Anchieta.

Ingressou na faculdade de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1950. No quinto ano acadêmico, estagiou no hospital de clínicas em São Paulo, por meio de convênio entre as duas instituições, durante dois meses. Foi quando Dr. Dakir viu a importância da Radiologia convencional e de urgência.

No retorno à capital gaúcha, estagiou no serviço de Radiologia da Santa Casa, onde depois realizou a residência médica. Por não existirem cursos de especialização em sua área de interesse, viajou a Noruega e Suécia em busca de complemento para a formação. Ele diz não saber exatamente os motivos exatos que o levaram a optar pela especialidade. “Acho que é vocação e também fui aproveitando oportunidades que surgiam”. “A radiologia é a base do diagnóstico, é o que há de mais moderno na Medicina, desde o século passado”, conta.

SELO DE QUALIDADE - Em 1992, o Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR) instituiu certificado de qualidade em radiologia de mama, conferido a clínicas e hospitais que estivessem dentro de padrões pré-estabelecidos.

Os interessados cadastram-se no programa, enviam dosímetros – analisados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – e imagens clínicas com laudos.

O responsável por emitir os laudos também se submete a exame – realizado por profissionais especializados -, com questionamentos teóricos e interpretação de dez casos específicos. Quando uma instituição não atinge o grau mínimo para a certificação, recebe relatório especificando as correções necessárias. Após realizados os ajustes, pode submeter-se a nova avaliação.

O projeto permite desenvolvimento rápido na área da mama. Hoje há programas de qualidade em Ressonância Magnética, Ultrassonografia e Desintometria Óssea. O médico radiologista Rodrigo Dias Duarte, diretor científico da FSP, explica que o selo é fundamental para diferenciar profissionais qualificados dos demais. Além de ser a garantia de que o paciente não sofrerá riscos e que os objetivos do exame serão alcançados. Dr. Rodrigo lembra que os programas de qualidade têm trazido otimização dos resultados dos exames e que, apesar de não serem obrigatórios, a tendência natural é a de que venham a ser.

AÇÕES SOCIAIS MAIS FORTES - As atividades da FSP não se restringem apenas ao ensino, há também preocupação em contribuir em projetos em prol da sociedade. Tamanha atenção dada às ações sociais renderam, o Certificado de Responsabilidade Social, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado.

De acordo com a diretora, professora Vera Lucia Dias Duarte, o prêmio é a certificação do que está sendo feito em prol da comunidade. “Nos sentimos estimulados a trabalhar mais para que muitas pessoas vivam melhor” conta.

Durante reuniões do Conselho de Curadores, foi estabelecido o Plano de Ação Social. A FSP continuará fazendo contribuições mensais para instituições sociais e exames para comunidades carentes – solicitados por meio de instituições formais, além de participar do subcomitê Qualidade de vida do Idoso, inserido no Projeto Porto Alegre – Cidade Protetora da Vida, e colaborar para a restauração dos prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Criou-se o dia da solidariedade, no qual a FSP trabalha um dia inteiro para a melhoria de uma ou mais entidades assistenciais.



Dr. Dakir, e o conselheiro da Fundação Jonathas Bittencourt (ao centro), recebem Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa das mãos dos deputados estaduais Sérgio Zambiasi (PTB, presidente da AL) e Cezar Busatto (PPS), autor do projeto que instituiu a premiação.



Médicos do XXXVI Curso de Radiologia da Mama com Dr Dakir Duarte

MARIO SCHIOCHET, UM LÍDER INESQUECÍVEL



Mario Antonio Schiochet nasceu em 20 de dezembro de 1936 e morreu aos 74 anos, em 08 de julho de 2010, vítima de doença que aos poucos tirou-lhe a vida.

Era filho de Ângelo Schiochet e Ermelinda Reginato Schiochet, pradenses de nascimento. De família numerosa, Mario tinha 10 irmãos. Do primeiro casamento de seu pai Ângelo com Ermelinda, era irmão de Genoveva, Teresinha e Nair Schiochet. Do segundo casamento de seu pai com Ana Escolar, os irmãos Aurora, Vicente, Mercedes, Modesta Schiochet (falecida), Geni, Zelia e Hildo.

DO INTERIOR À CIDADE - Mario A. Schiochet nasceu no interior de Antônio Prado, na Capela São Jorge Linha Cândida. Filho de agricultor, trabalhou na roça por muitos anos e passou por muitas dificuldades. Aos dois anos perdeu sua mãe e foi criado pelas irmãs GENOVEVA (NENI), TERESINHA e NAIR, a quem sempre teve muita gratidão. Desde criança Mario tinha muita facilidade para se comunicar, era de fácil acesso, tinha muita empatia e isto carregou por toda a vida.

Aos doze anos já começava a liderar sua família pela sua habilidade. Seu pai Ângelo lhe dava todo o apoio, porque via nele um futuro melhor.

Mario casou-se com dezoito anos incompletos, em 08 de fevereiro de 1955, com Maria Ângela Calcart Schiochet, com quem teve sete filhos:

- 1) Raul Schiochet, casado com Maria Bernadete Hexel Schiochet, com dois filhos, Raphael e Rodrigo.
- 2) Beatriz Schiochet Zaccani, casada com Luiz Alberto Zacani.
- 3) Clari Ermelinda Schiochet Mezzalira, casada com Jaime Mezzalira, filhos Cássio e Fernanda.
- 4) Aparecida Schiochet Bertoldo Giroto, casada com Casemiro Bertoldo Giroto, pais de Felipe e Augusto.
- 5) Osvaldo Schiochet, casado com Cátia Pontel pai de Bruno e Bernardo.
- 6) Valter Schiochet, pai de Marco Túlio e João Vítor.
- 7) Sirlei Schiochet.



Os filhos Valter Schiochet, Raul Schiochet, Aparecida Schiochet, Sirlei Schiochet, Beatriz Schiochet, Osvaldo Schiochet, Clari Ermenlinda Schiochet, Mario A. Schiochet e Maria A. C. Schiochet sentados.

Mario com os netos Cássio Mezzalira, Bruno Zanotto Schiochet, Rodrigo Schiochet, Raphael Schiochet, Felipe Bertoldo Giroto, Maria A. C. Schiochet, Bernardo Zanotto Schiochet, Fernanda Mezzalira e Augusto Giroto Schiochet no colo.



CONSENSO NA VIDA PÚBLICA - Ativo participante na vida partidária, pela lealdade, cooperação e interesse público, não conseguiu fugir do desafio das eleições municipais, principalmente do debate sobre a unidade de Antônio Prado, para através do consenso, unir as forças em torno da superação do isolamento do município.

E deu certo. No ano de 1996, foi eleito vice-prefeito, para a administração 1997/2000, para a qual contribuiu com sua experiência administrativa. Integrou a chapa do consenso como Vice-Prefeito, junto com o Prefeito EUCLIDES CARRA (Neco). Diariamente, em seu gabinete, atendia a todos os que lá chegavam para tentar resolver os seus interesses, desde os mais simples ou os mais complexos, até mesmo para um simples conversa.

Com certeza não conseguiu atender a todos, mas nunca deixou de dar uma satisfação e resposta às reivindicações. Seu sonho era a construção da casa do IDOSO e a CASA da CULTURA.

Gostava muito da política. Foi candidato a vereador e vice-prefeito, e prezava a fidelidade partidária. Quando morava no interior já militava e fazia campanha para seus candidatos HUGO MARDINI, LORIS REALI, VITOR FACCIONI, URBANO DE MORAIS, VALMIR SUZIM, FRANCISCO APPIO, AFONSO HAMM, entre outros. Também fazia campanha para Governador e Presidente.



Não perdia oportunidade de falar em política. Mario Schiochet queria ver a sua cidade desenvolver, prosperar e sempre ajudou no que podia na sua atividade particular.

GERADOR DE EMPREGOS, NA INICIATIVA PRIVADA - Como empresário e administrador de empresas, constituiu e dirigiu entre outras a Cantina São Jorge Ltda, Friambreteria Schiochet, Posto Antônio Prado Ltda, Moduarte Móveis Ltda, Estação Rodoviária de Antônio Prado e a Fazenda Nova Esperança. Tinha dificuldades para a comercialização de tudo o que produzia na colônia, como uva (sua principal atividade), milho, trigo e suínos.

Mario era muito inquieto e não se conformava com aquela situação. Estava sempre pensando qual seria a forma de melhorar a vida de seus familiares e ter um melhor resultado do trabalho que desenvolvia.

Com esta inquietação, surgiu a ideia de produzir seu próprio vinho, e junto com seus irmãos, primos e tios montaram uma cantina chamada CANTINA SÃO JORGE LTDA, como o próprio nome diz, localizada na Capela São Jorge, onde todos moravam.

Assim começava a produção do seu próprio vinho, melhorando a rentabilidade de todos. Com esta cantina também compraram caminhões, onde ele e seus primos trabalhavam e comercializavam o vinho.

COMO É BOM ESTE MÁRIO - “Este bordão, ajustou-se com perfeição ao temperamento e personalidade do homem que conheci, ainda na década de 80, quando da primeira disputa eleitoral em 1986”, afirma o deputado Francisco Appio, admirador do profundo amor pelo interesse público, demonstrado por Mario Schiochet, desde a primeira hora.

Era profundamente ligado à família, instituição que sempre defendeu. Mario não queria para seus filhos o mesmo destino dele. Empenhou-se para que todos estudassem e tivessem uma vida menos dura.

Em 1966, com sete filhos (com todo o material e terraplanagem pronta para construir sua casa no interior), resolveu mudar para a cidade. Todos achavam que seria uma loucura, mas ele comprou uma casa e se mudou. Com seu conhecimento em viagens montou uma FRIAMBRERIA (mercado) exclusivo de enlatados e carnes.

Era o único neste modelo, apesar de na cidade ter várias casas comerciais, tipo secos e molhados, porém nunca abandonou a sua propriedade no interior. Sempre foi um comerciante nato, comprava caixas para tomate em Antônio Prado e vendia em São Paulo, lá ele comprava açúcar, carros, arame e vendia na região. Também foi um dos pioneiros em Antônio Prado com aviários, frangos para corte e, posteriormente, galinhas poedeiras, criação de suínos e confinamento de bovinos. Ele tinha uma verdadeira paixão por essas atividades.

Nunca se desligou da atividade agrícola e pecuária, mas estava sempre atento às oportunidades e foi assim que comprou o Posto Antônio Prado, junto com os sócios, Clovis Zulian, Valner José Borges e Waldemiro Turmina.

Com esta atividade junto ao meio de transporte o município ganhou um forte crescimento de caminhões. Os filhos de agricultores saíam de casa e compravam um caminhão, mas na hora de fazer a carroceria tinham que ir a outra cidade. Foi aí que os sócios, sempre pensando em gerar empregos e no crescimento do município, resolveram construir e montar uma fábrica de carrocerias de madeira para caminhões.

A CARROCERIA PRADO LTDA, mais tarde deu lugar a uma nova e grande indústria de móveis. Vendo que o mercado era limitado e o setor de móveis em franco crescimento, suspendeu a fabricação carrocerias e instalou a MODUARTE MÓVEIS LTDA.

MÁRIO CONCILIADOR - Tinha um dom que era se comunicar. Tinha um sonho desde criança que era ser advogado, gostava de ouvir os grandes oradores, como não tinha televisão, ouvia rádio.

Seu filho Raul Schiochet lembra que o pai Mário ***“não gostava de ver intrigas, era conciliador, principalmente nas questões de família. Conseguiu, com seu jeito simples e humilde, resolver muitos problemas”***.

Sempre envolvido com tudo aquilo que interessasse para o bom desenvolvimento de Antônio Prado, como criação de Cooperativas, Associações, Energia Elétrica. Era religioso, devoto de São Jorge e Nossa Senhora do Bom Conselho.

Nos seus momentos de lazer gostava de se reunir com os familiares e contar histórias e fatos ocorridos em sua vida. E com um grupo de amigos que se reuniam periodicamente na casa de cada um, estimulava a preservação das histórias dos seus antepassados.

Juntamente com a música e comida italiana e um bom vinho caseiro, manteve o antigo costume dos seus pais, o “filó”, uma espécie de “serenata italiana”.

DEPUTADO CONTESTA CORONEL DA BRIGADA

“SAPECADA DA PALHA SECA NÃO É QUEIMADA”

FRANCISCO APPIO 12/09/2010

As queimadas de florestas e do cerrado no centro do país, mostradas pela televisão, provocam consequências no sul, onde o uso superficial do fogo para limpar a palha seca, nos Campos de Cima da Serra, sofre repressão das autoridades ambientais.

“Queima de campo é uma coisa, queimada é outra”, como comprovamos na publicação com o mesmo título, disponível em www.appio.com.br utilizando argumentos e estudos científicos de biólogos da UCS.

No Correio do Povo de sábado (11/09/2010), a reportagem de Halder Ramos cita o Comando Ambiental da Brigada Militar, como empenhado na maior mobilização da história contra os pecuaristas. A Operação Centauro Queimadas utilizou 14 viaturas e 33 homens.

Algumas informações da reportagem devem ser revisadas. Declarações feitas, contestadas por im procedentes, descabidas e que contornam a verdade:

1) A Prática de queima de vegetação rasteira (pastagem) na região dos Campos de Cima da Serra não é ilegal. Não está vedada no Código Florestal Federal/Estadual, que coíbe apenas a queima de vegetação no interior de florestas, para protegê-las. (Fui um dos Relatores do Código Florestal Estadual).

2) A queima (sapecada da palha seca, pela geada e neve do inverno rigoroso da região) é própria dos Campos de Cima da Serra, pelas peculiaridades regionais. Limpa o pasto seco para o gado acessar o pasto novo. Trata-se de queima superficial, após a qual o gado pasta normalmente e as pessoas caminham descalças, sobre o pasto queimado.

3) Não há devastação da área, um exagero de informação, pois não atinge árvores, postes, cercas, casas e não mata animais como mencionado (tatus, perdizes, jararacas, quero-queros), exceto em “queimadas descontroladas” ateadas criminosamente por invasores, com o propósito de causar prejuízos aos proprietários.

4) Os produtores continuam usando o fogo, apesar da repressão, pois a natureza impõe esta prática. Métodos alternativos, como uso de veneno para limpar o pasto, são por demais condenáveis.

5) A “sapeca da palha seca” não causa prejuízos à economia regional. É um método utilizado desde a ocupação espanhola, antes de 1750. Começou a ser combatido nos anos 90, com o surgimento de Organizações Não Governamentais, que recebem recursos do exterior e precisam elaborar Relatórios, para comprovar sua utilização.

6) Não é o caso da Patram, que cumpre sua função como Patrulha Ambiental, mas os “excessos de alguns” têm provocado hostilidade na zona rural, onde deveria ser aliada na proteção contra a violência, abigeato e manutenção da segurança.

7) Não afeta turismo, tampouco a saúde das pessoas, pois a fumaça se dissipa rapidamente. Estudos científicos comprovaram que não traz prejuízo ao solo e incorpora nutrientes.

8) A busca de outras formas alternativas é indispensável, mas o Estado e as autoridades ambientais pouco tem contribuído neste sentido, provocando o êxodo rural e o abandono da pecuária na região.

9) O ruralista preso em flagrante em São Francisco de Paula, quando ateava fogo ao pasto seco, foi liberado 90 minutos após a detenção. A prisão ilegal causou constrangimento e a família deverá acionar medidas judiciais contra o Estado, pelo abuso cometido.

10) Os demais estados brasileiros admitem a “queima controlada”, não se verificando a repressão das autoridades ambientais gaúchas.

11) Alteramos a Constituição do Estado em 2002 (Emenda 32, de nossa autoria), contestada na justiça pelo Ministério Público, pois não havia segurança dos efeitos no solo.

12) Os estudos atuais, que desmistificam os prejuízos, foram juntados ao nosso Parecer Favorável na Comissão de Constituição e Justiça (aprovado por 9 a 1) ao Projeto de Lei, que implanta a queima controlada, mediante projeto técnico, autorização da autoridade ambiental e normas de precaução. Deverá ser votado após as eleições, pois depende de Acordo da Bancada do PT, para ir a Plenário.

13) Questionamos as notificações e multas, bem como eventuais arbitrariedades cometidas.

“Queima de campo não é crime”

14) A aplicação administrativa de multas levou muitos proprietários ao Acordo dos Crimes Leves, pelo qual fica impedido de utilizar a prática por 5 anos. Muitas vezes, não foram devidamente esclarecidos.

15) Não podem tratar os proprietários rurais como criminosos, invadindo suas propriedades com armas pesadas, rompendo cadeados e usando a força contra os ruralistas. Muitas vezes as famílias fogem para o mato, diante da presença ostensiva das autoridades ambientais.

16) O campo merece respeito, segurança e justiça.

Esta é a carta que o deputado Francisco Appio enviou ao Comando da PATRAM e aos jornais Zero Hora, Pioneiro e Correio do Povo.

LIMINAR DA JUSTIÇA ADMITE QUEIMA-DE-CAMPO

Foi concedida Liminar à Ação Ordinária, ajuizada pelo Sindicato Rural de São Francisco de Paula, contra o Estado do Rio Grande do Sul, para o uso do fogo na limpeza e renovação de pastagens, nos Campos de Cima da Serra.

Depois de examinar as restrições do Código Florestal e as exceções previstas, o Juiz da Comarca de São Francisco de Paula registra que **“o uso controlado do fogo é admitido pelo Superior Tribunal de Justiça, em atividade imensamente mais poluente que a “sapecada da palha seca”, o cultivo da cana-de-açúcar”**.

O Magistrado trouxe ao exame o Artigo 27 da Lei 4.771/65 bem como os art. 2º e 16º do Decreto nº 2.661/98, que regulam o uso do fogo controlado em lavouras.

Diante da Ação, deferiu o pedido de antecipação de tutela, a fim de permitir o uso do fogo, requerido na inicial, desde que respeitado o Decreto 2.661/98, que inclui a licença do órgão competente do SISNAMA, no caso, o órgão ambiental municipal.

O Sindicato Rural, diante da Liminar, vai orientar os pecuaristas que busquem autorização ambiental municipal, que não poderá ser negada (conforme a Liminar).

Para o deputado Francisco Appio, autor da Emenda 32 que alterou a Constituição Estadual (2002) e autor do Parecer Favorável na CCJ, ao Projeto de Lei 208, que institui a queima controlada, a decisão revela profundo conhecimento dos problemas regionais.

“O Juiz do feito, revela conhecimento e soube diferenciar entre queima-de-campo e queimadas, citadas pelos meios de comunicação, estas vinculadas aos incêndios florestais. Ao conceder a Liminar, mediante autorização do órgão ambiental municipal, revela a preocupação em estabelecer limites, normas de precaução e uso controlado, onde couber”, afirma o parlamentar.

Appio voltou a criticar a difusão de notícias alarmantes sobre prisões (que não houveram), notificações sem critérios, negociações e acordos na Lei dos Crimes Leves, e informações de animais mortos, que traçam um cenário que contorna a realidade dos Campos de Cima da Serra, não sendo verdadeiros.

Lamenta que suas contestações não foram publicadas (face ao período eleitoral), pois era candidato nas eleições de outubro. Em www.appio.com.br você encontra a decisão integral do Juiz Carlos Eduardo Lima Pinto, da Comarca de São Francisco de Paula, que certamente vai orientar a defesa de muitos proprietários notificados recentemente pela Patram.

EMENDA BENEFICIA SETOR MOVELEIRO

O deputado Francisco Appio no dia 22/12/2010, o relatório das atividades desenvolvidas pela Universidade de Passo Fundo (UPF) referente ao Programa de Qualificação de Mão-de-Obra no setor moveleiro.

O projeto foi executado com recursos obtidos através de emenda de 240 mil, de iniciativa do parlamentar. A UPF aplicou a verba em material de consumo. Em contrapartida, ofereceu cursos para o Sicom, de Lagoa Vermelha.

Com as aquisições foram beneficiados 18.000 alunos. O convênio teve duração entre o período de julho de 2006 a julho de 2009. Abaixo a relação dos cursos oferecidos, bem como respectivos custos:

ORÇAMENTOS DE CURSOS - SICOM - LAGOA VERMELHA							
UPF IDIOMAS							
Curso	nº alunos	Semestres	Local	R\$ Indiv.	R\$ Turma	Obs.	
Curso de Inglês com ênfase para Comércio Exterior	25	2	Lagoa Vermelha	961,00	43.050,00		
Curso de Inglês com ênfase para Comércio Exterior	25	2	Lagoa Vermelha	947,10	47.355,00		
Material - Livro para 2 anos	20	1	Lagoa Vermelha	100,00	2.000,00		
Reforço para turma de inglês	20	2		117,00	4.680,00		
				Total	47.085,00		
SENAI							
Cursos	Nº Alunos	C.H.	Local	R\$ Indiv.	R\$ turma	Data execução	
Básico em Hidráulica Predial	15	00	Sala de aula - Empresas	0,00	0.000,00	janeiro-09	
				Total	0.000,00		
UPF							
Curso	Professor	nº alunos	C.H.	Local	R\$ Indiv.	R\$ Turma	Data execução
Sem. Sensibilização e lançamento projeto	Geráldinho Bulfon	20	4	Lagoa Vermelha	20,00	400,00	outubro-06
Formação de redes e marketing de rede	Verner	20	30	Lagoa Vermelha	149,09	2.981,70	outubro-06
Planejamento Estratégico	Geráldinho Bulfon	20	30	Lagoa Vermelha	149,09	2.981,70	agosto-08
Gestão tributária para o setor moveleiro	Mari Vieira	20	24	Lagoa Vermelha	122,87	2.457,35	setembro e outubro/2008
Luz-Cul da Produção	Cássia Pasqual	20	20	Lagoa Vermelha	109,51	2.190,30	3º Outubro e novembro/2008
Gestão pessoas, cargos, salários, benef, cipa	Yana Hornem	20	20	Lagoa Vermelha	109,51	2.190,30	3º Agosto e setembro/2009
Liderança e Motivação	Andréa Ciltaman	20	30	Lagoa Vermelha	149,09	2.981,70	setembro e outubro/2009
Atendimento ao cliente	Clivo Giotto	20	30	Lagoa Vermelha	149,09	2.981,70	julho e agosto/2009
Palavra						4.000,00	
Atendimento ao cliente	Clivo Giotto	20	30	Lagoa Vermelha	171,92	3.438,30	início 2010
Inteligência emocional na liderança	Marisa Kuhn	20	30	Lagoa Vermelha	171,92	3.438,30	
				Total	30.030,30		

FESTA LAGOENSE EM 31 DE JANEIRO



“Com a posse da primeira senadora lagoense ANA AMÉLIA LEMOS no Senado da República e do deputado estadual Ronaldo Santini, faço a minha despedida neste 31/01, agradecendo pela honra de ter representado a minha terra no Parlamento Estadual e na Câmara Federal. Ao completar 7 mil dias no exercício da representação popular, reafirmo os compromissos que tenho com a região, que continuarei defendendo, mesmo sem mandato. Estarei vigilante, cobrando as promessas que foram feitas pelos novos governantes e a busca do atendimento de antigas demandas de interesse público”. (Francisco Appio - Deputado Estadual, ao encerrar a sua quinta legislatura).

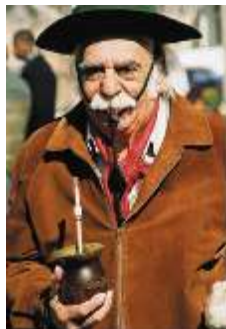
Appio lembra que sua primeira ação parlamentar em 1991 foi organizar e mobilizar a região pela federalização da BR285 Vacaria/Bom Jesus/Divisa SC e da BR470 Barracão/Lagoa Vermelha/Nova Prata, rodovias federais estadualizadas pelo DNER (DNIT) do Governo Collor. A ponte do Barracão foi concluída (governo Britto), o asfaltamento das rodovias foi iniciado (Governo FHC), o asfalto foi ampliado (Governo Lula), mas está longe de ser concluído. No Governo Dilma, o DNIT licitará a ponte de 400 metros sobre as nascentes do rio das Antas, em São José dos Ausentes, para que o asfaltamento da BR285 prossiga até a Rocinha, interligando-se com o lado catarinense. Enquanto isso na BR470 Norte deverá ser asfaltado o trecho Lagoa Vermelha e Clemente Argolo, em obras, além do projeto e licitação da ponte sobre o rio Forquilha, abaixo do Lajeado dos Ivos, no traçado atual. A obra contratada tem previsão orçamentária. O grande desafio será a federalização da BR470 Sul, entre Barretos e Nova Prata, estadualizada (governo Olívio), em troca do pagamento do 13^o dos servidores estaduais.

ÚLTIMOS COMPROMISSOS – Dia 29/01, Appio participará da abertura do 1^o Rodeio Crioulo Internacional de Lagoa Vermelha e do 5^o Festival Nacional do Churrasco, no CTG Alexandre Pato, que ajudou a construir com Emendas Federais e a divulgar com publicações impressas. **30/01**, participará da Festa da Uva em Monte Alegre dos Campos (Capela São Francisco). No mesmo dia, fará a Abertura da Colheita da Maçã, com o lançamento do livro VACARIA 160 ANOS e da 58^a publicação, impressa e disponível em www.appio.com.br A MAÇÃ NA MERENDA ESCOLAR, lei Estadual 13.369/2010. **31/01**, receberá prefeitos e convidados pela manhã, no gabinete do 11^o andar da Assembleia Legislativa, que deixará ao meio-dia, para seu sucessor. À tarde, a convite da Bancada Progressista, assumirá o Setor de Comunicações. A partir daquela data, estará à disposição da região pelo fone (54)810-11222. Manterá o site www.appio.com.br e o e-mail appio11222@ibest.com.br

20 DE ABRIL - DIA ESTADUAL DO TROPEIRISMO

A governadora Yeda Crusius instituiu através da Lei 13.577 o Dia Estadual do Tropeirismo. A data, a ser comemorada no dia 20 de abril, foi uma proposta do deputado Francisco Appio, através do PL 222/10, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa.

O parlamentar ressalta que a data serve para resgatar a importância dos tropeiros no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em seus primórdios e incentivar o estudo, pesquisa e divulgação do momento de nossa história.



Appio lembra, ao justificar o projeto, o trabalho de Paixão Côrtes (e), na pesquisa do Tropeirismo Biriva, seminários realizados pela Professora Lucila Sgarbi dos Santos, na cidade de Bom Jesus, e os livros de Luiz Antonio Alves (d).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI N.º 13.577, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.
(publicada no DOE nº 241, de 22 de dezembro de 2010)

Institui, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o "Dia Estadual do Tropeirismo".

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Rio Grande do Sul, o "Dia Estadual do Tropeirismo", que será comemorado anualmente no dia 20 de abril.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de dezembro de 2010.

JUSTIFICATIVA

A instituição do DIA ESTADUAL DO TROPEIRISMO, na data de 20 de abril de cada ano, no Calendário Oficial do Estado, resgata a importância dos tropeiros no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em seus primórdios e incentiva o estudo, pesquisa e divulgação do extraordinário momento de nossa história.

Responsáveis pelo comércio e transporte de mercadorias, quando não havia estradas, trens e aviões, os tropeiros marcaram a história dos gaúchos, com a marca do heroísmo, coragem, desbravamento e desenvolvimento.

Foram eles, os tropeiros, os responsáveis pela demarcação da maioria das estradas e rotas do Estado, bem como a definição de municípios, cidades e pousadas. Na cultura, tiveram um papel primordial, na introdução de usos e costumes, na música, dança, gastronomia e comportamento.

Os historiadores e pesquisadores Paixão Côrtes, Lucila Sgarbi dos Santos e Luiz Antonio Alves, entre outros, dedicam-se a resgatar, promover, divulgar e preservar a cultura do TROPEIRISMO, em seus seminários, livros, palestras e conferências.

O mais importante dos eventos, realizado anualmente em abril na cidade de Bom Jesus, destaca com profissionalismo e seriedade a história dos velhos tropeiros e sua importância regional.

Dedicar o 20 DE ABRIL - DIA ESTADUAL DO TROPEIRISMO – aos verdadeiros descobridores de boa parte do Estado é fazer justiça e oportunizar o bom debate do papel dos tropeiros na história rio-grandense. **(Sala de Sessões - Deputado Francisco Appio)**

ARMANDO WALDERMAR DE ZORZI NA RS020



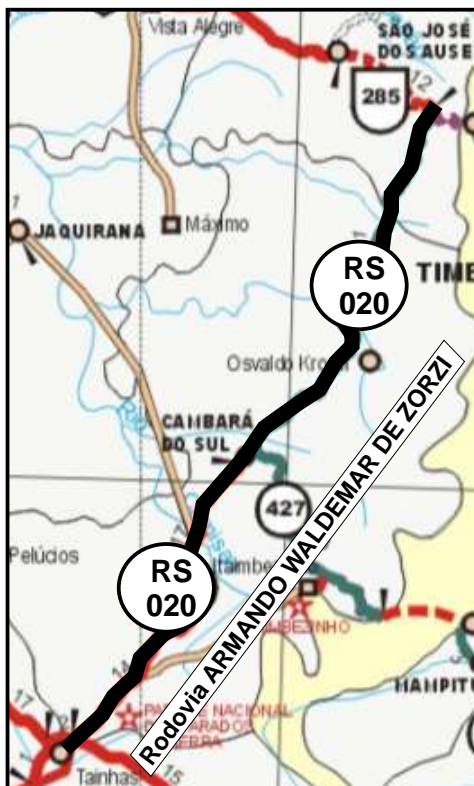
A partir de 21 de dezembro a RS020, trecho da interseção com a RS453 Rota do Sol-Rodovia Euclides Triches (Tainhas), à interseção com a BR285 (São José do Ausentes), passou a se chamar “Rodovia ARMANDO WALDEMAR DE ZORZI”.

A Lei 13.583, assinada pela Governadora Yeda Crusius, foi uma proposta do deputado Francisco Appio. Ao apresentar o PL 155/2010, Appio prestou uma homenagem a um dos grandes empreendedores dos Campos de Cima da Serra e Caxias do Sul.

Armando Waldemar De Zorzi muito contribuiu para o desenvolvimento e o incentivo do reflorestamento e aproveitamento de energia renovável, com destaque para a Celulose Cambará, responsável pela maior parte da economia dos municípios da região.

A iniciativa atende solicitação da Bancada Progressista da Câmara de Vereadores de Cambará do Sul. Caberá ao DAER sinalizar com placas a identificação da rodovia Armando Waldemar De Zorzi.

Nas próximas páginas você encontra a lei e sua justificativa.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI N.º 13.583, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.
(publicada no DOE nº 241, de 22 de dezembro de 2010)

Denomina "Rodovia Armando Waldemar de Zorzi" a RS-020, trecho da interseção com a RS-453 Rota do Sol-Rodovia Euclides Triches (Tainhas) à interseção com a BR-285 (São José do Ausentes).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Armando Waldemar de Zorzi" a RS-020, trecho da interseção com a RS-453 Rota do Sol-Rodovia Euclides Triches (Tainhas) à interseção com a BR-285 (São José dos Ausentes).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de dezembro de 2010.

JUSTIFICATIVA – A presente proposta objetiva denominar "Rodovia ARMANDO WALDEMAR DE ZORZI" a RS020, trecho da interseção com a RS453 Rota do Sol-Rodovia Euclides Triches (Tainhas) à interseção com a BR285 (São José dos Ausentes).

Neste sentido, propõe-se o nome do Sr. Armando Waldemar De Zorzi visando homenagear este ilustre empresário da região que muito contribuiu para o desenvolvimento e o incentivo do reflorestamento e aproveitamento de energia renovável em empreendimentos regionais.

Filho de João Batista e Luiza Giacomet De Zorzi, Armando Waldemar De Zorzi é o quinto filho de uma família de treze filhos. Nasceu em Caxias do Sul no dia 20 de janeiro de 1924. Passou a infância no município de Canela onde frequentou o curso primário.

Por ter uma personalidade empreendedora, já aos 16 anos tornou-se motorista profissional e com apenas 17 anos comprou seu primeiro caminhão da marca Internacional tipo K7, veículo este, restaurado e preservado na família.

Extremamente determinado, Waldemar, como era conhecido, sempre trabalhou com muito afinco. Como resultado desse esforço e dedicação, aos 23 anos, adquiriu sua primeira serraria no município de Vacaria. Junto com a administração desse seu empreendimento, realizou o transporte das madeiras serradas para Caxias do Sul. Waldemar em sociedade com Sr. Ettore Lazzarotto e auxílio financeiro de seu sogro, Sr. Aquilino Zatti, ampliou seu negócio e em três anos era proprietário de duas serrarias.

No ano de 1953, com o falecimento de seu pai João Batista, Waldemar assumiu a liderança de sua família e formou a Madeireira De Zorzi, MADEZORZI, resultado da união de suas 2 serrarias com a serraria deixada de herança aos seus irmãos pelo seu pai.

Em 1954, pensando em melhorar o aproveitamento dos pinheiros comprou uma fábrica de compensados no interior de São Francisco de Paula, onde fabricavam portas e compensados. Mais tarde a empresa foi transferida para Caxias do Sul.

Ao mesmo tempo em que administrou os seus negócios exerceu o cargo de presidente da Cooperativa Madeireira Caxiense, cujo um dos fundadores havia sido seu pai João Batista. Sua liderança reconhecida o manteve presidente reeleito por unanimidade por mais de 30 anos.

Waldemar também apresentava um caráter visionário. Acreditava, desde a década de 50, que a energia tinha que ser renovável e, por isso, construiu as usinas que geravam energia para as suas serrarias, aproveitando quedas d'água e a serragem resultante da obtenção das tábuas.

Nesta mesma época iniciou o replantio das árvores derrubadas, para que seus descendentes tivessem matéria prima para continuar suas empresas.

Em 1968, liderou a formação de uma nova sociedade, juntamente com outros madeireiros e investidores, cujo objetivo era o plantio de árvores para exploração comercial – a Reflorestadores Unidos - estabelecida nos municípios de Bom Jesus e Cambará do Sul e ao longo de sua vida plantou mais de 30.000 hectares de pinheiros.

Ainda embasado no princípio do aproveitamento ideal da madeira, em 1972, comprou a Celulose Cambará, que na época produzia celulose a partir de árvores inteiras de araucárias, passando a utilizar os resíduos das serrarias como matéria prima na fabricação da mesma.

Além da grande visão empresarial, Waldemar norteou sua vida baseado em fortes princípios éticos e humanitários. Nas vilas onde funcionavam seus negócios nunca deixou faltar assistência médica a seus funcionários. Em todas as vilas construiu escolas e contratou professores quando ainda não havia obrigatoriedade institucional. Nas suas primeiras serrarias os professores contratados eram hóspedes de sua família durante o período letivo.

A exploração da madeira era realizada em terrenos íngremes, com mata cerrada e máquinas precárias e Waldemar, homem destemido, que não se detinha em problemas, mas em buscar soluções, aprendeu sozinho a construir estradas, algumas beirando precipícios e a edificar pontes para transpor não só riachos, mas também rios do porte do Tainhas e das Antas.

Ao longo de sua vida abriu milhares de quilômetros de estradas, algumas delas ainda hoje utilizadas pelos municípios e povoados onde operou seus negócios. **(Sala das Sessões - Deputado Francisco Appio)**

ARCHIMEDES ALMEIDA NA RS461 EM LAGOA

Em 04/01/10, o governador Tarso Genro sancionou a Lei 13.650 proposta pelo deputado Francisco Appio. A nova Lei denomina RODOVIA ARCHIMEDES ALMEIDA a RS461, trecho compreendido entre os municípios de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul.

O parlamentar prestou homenagem ao advogado e homem público que muito fez pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil.

Appio lembra que Archimedes foi quem assinou a primeira petição em defesa dos sócios minoritários do Sulbrasileiro, em liquidação pela União, há 24 anos. Também foi diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e teve uma eficiente administração, destacando-se na formatação da Fundação BANRISUL. Fez parte da Comissão especial que fundou o Banco Central.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI N.º 13.650, DE 04 DE JANEIRO DE 2011.
(publicada no DOE nº 004, de 05 de janeiro de 2011)

Denomina "Rodovia Archimedes Almeida" a RS-461, trecho compreendido entre os Municípios de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Archimedes Almeida" a RS-461, trecho compreendido entre os Municípios de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2011.

JUSTIFICATIVA - A presente proposta objetiva denominar “Rodovia Archimedes Almeida” a RS-461, trecho compreendido entre os Municípios de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul.

Trata-se de uma justa homenagem a um dos maiores advogados do nosso Estado, nascido em 29 de dezembro de 1926, na cidade de Vacaria-RS, filho de Plauto de Almeida e Carlinda da Silva Almeida. Viúvo de Isa Prates Castellano de Almeida, com quem contraiu núpcias em 21 de fevereiro de 1948.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado em 1951 pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1ª Turma). Fundador do Centro Acadêmico Maurício Cardoso, tendo sido seu primeiro Secretário.

Advogado militante. Iniciou as atividades forenses como acadêmico, tendo feito o primeiro júri em janeiro de 1948, em Lagoa Vermelha. Foi Secretário Municipal da Prefeitura de Lagoa Vermelha e vereador em duas legislaturas na Câmara Municipal e também Vice-Presidente do Diretório Regional do Partido Democrata Cristão (1962-1963).

Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, gestão na qual foi instalada a Fundação Barrisul e estabelecida a participação dos funcionários no lucro do Banco.

Ocupou funções de conselheiro da Cia. Riograndense de Telecomunicações; Conselheiro da Cia. Estadual de Energia Elétrica, representante do Estado do RS junto à Cia. Aços Finos Piratini; membro da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional; Membro da Comissão de Reforma Bancária no Congresso de Bancos (Bahia-1963), oportunidade em que esta opinou pela criação do Banco Central do Brasil; Presidente da Associação Gaúcha das Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos; Diretor do Banco Meridional S/A.

Diretor da Companhia Regional de Financiamento e Crédito; Guest da Delegação Brasileira na Reunião do Fundo Monetário Internacional (Rio de Janeiro) e exerceu funções de assessor junto ao Governador Synval Guazzelli (4 anos) em seu primeiro mandato.

Na militância de sua atividade profissional de advogado, foi integrante do grupo de advogados fundadores da Subseção de Lagoa Vermelha da OAB; membro efetivo do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul; Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Rio Grande do Sul, tendo sido Vice-Presidente do egrégio Conselho por 8 anos; Diretor da Escola Osvaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais; agraciado com a Medalha Osvaldo Vergara e com a Comenda de Advogado Emérito, em sessão solene de 15 de agosto de 2001, pelo Instituto dos Advogados; sócio fundador do IEJUR – Instituto de Estudos Jurídicos de Atividade Rural e recebeu o Diploma de Advogado Jubilado conferido pelo Conselho Seccional do Rio Grande do Sul.

Destacou-se também quando assinou a primeira petição em defesa dos interesses dos sócios minoritários do Sulbrasileiro, quando de sua liquidação pela União, há 24 anos.

Tendo praticamente toda sua vida ligada a Lagoa Vermelha, este projeto visa prestar justa homenagem a este notável advogado e homem público que deixou esta dimensão terrestre no último dia 05 de outubro, mas ficará eternamente gravado na memória de todos pelo seu exemplo de vida, dedicação profissional e no desenvolvimento do nosso Estado e País.

**(Sala das Sessões -
D e p u t a d o
Francisco Appio)**




PRESEÇA DO CORRETOR DE SEGUROS

Desde 04 de janeiro é obrigatória a presença do Corretor de Seguros ou de representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros, no estado do Rio Grande do Sul.

A Lei 13.651 sancionada pelo governador Tarso Genro é, de acordo com Francisco Appio, autor do PL 149/10, para proteger os interesses dos consumidores, tendo em vista que muitos estabelecimentos comercializam seguros sem a presença do corretor. Este profissional deve ser habilitado pela SUSEP e com a situação profissional ativa.

Appio recorreu ao Código de Defesa do Consumidor para dar legitimidade à sua proposta, superando a inconstitucionalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI N.º 13.651, DE 04 DE JANEIRO DE 2011.
(publicada no DOE nº 004, de 05 de janeiro de 2011)

Assegura ao consumidor, na oportunidade de aquisição de seguro, a assistência de corretor de seguros devidamente habilitado e registrado, ou seu preposto, em estabelecimentos que comercializem seguros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléa Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - É assegurada ao consumidor, na oportunidade de aquisição de seguro, a assistência de corretor de seguros devidamente habilitado e registrado, ou seu preposto.

Art. 2º - A assistência prestada ao consumidor dar-se-á através de corretor de seguro ou preposto, ambos devidamente habilitados e registrados nos termos do Decreto-Lei Federal n.º 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, e com sua situação profissional ativa em órgão de classe.

Art. 3º - O corretor de seguros poderá representar junto aos órgãos de defesa do consumidor contra os infratores desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua fiel execução.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 04 de janeiro de 2011.

JUSTIFICATIVA – Nos termos ajustados com a presidência, rerepresentamos a presente matéria, com redação similar a do PL nº 207/2009, objetivando proteger os interesses dos consumidores, já que, nos dias de hoje, bancos, lojas, cartões de crédito, supermercados e etc., comercializam seguros sem a presença do corretor de seguros, desobedecendo frontalmente o que prevê o artigo 122 do Decreto Lei nº 73, de 21/11/66, destacando que na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável do Dep. Fabiano Pereira.

“Tais estabelecimentos promovem vendas casadas, com produtos pré-montados (engessados), impondo a compra pela força do poder econômico, ignorando a necessidade da presença deste profissional para orientar o consumidor, detalhando as coberturas, franquias, vigências, custos, assistência, sinistros, exclusões, condições gerais da apólice, esquecendo de aplicar o disposto no decreto supracitado, que estabelece o corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, como o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

Os Bancos, Seguradoras e demais Instituições do Sistema Financeiro Nacional não querem se submeter a quaisquer normas (nem mesmo as do Código Civil, embora sempre as tivessem aplicado na regulação de contratos, notadamente o de seguros): querem em verdade ditar as regras, modificá-las a qualquer tempo e de forma unilateral e impor as mesmas aos vulneráveis e hipossuficientes (todos nós), eximindo-se de qualquer responsabilidade no desempenho de sua atividade empresarial e prosseguir na caminhada rumo ao aumento aviltante e estratosférico dos seus lucros.

Conforme nossa constituição, cabe ao Estado a promoção de ações sistemáticas de proteção ao consumidor, de modo a garantir-lhe a segurança e a saúde, e a defesa de seus interesses econômicos. Aliás, não se pode almejar o alcance destes objetivos, sem a promoção da mais completa e adequada proteção dos interesses e direitos do consumidor, que estão em posição de incontestável vulnerabilidade fática, econômica, técnica, jurídica e política em relação às instituições integrantes do Sistema Financeiro.

Vale dizer, as normas inseridas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor são aplicáveis às relações jurídicas travadas entre os clientes e as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, e este projeto, apresenta-se constitucional sua adoção, indo ao encontro do valor maior de defesa do consumidor (direito fundamental e princípio geral da atividade econômica) ressaltando que o segmento de seguros, foi responsável pela produção de R\$ 100 bilhões de reais em 2008, representando quase 5% do PIB Brasileiro, com previsão de alcançar o patamar de 7% até 2011”. (Deputado Francisco Appio - Assembleia Legislativa).

AÇÕES LEGISLATIVAS DEPUTADO FRANCISCO APPIO

- 11.432/00 – Rodovia Rota do Sol Euclides Triches
- 11.451/00 – Cria COMUDES - Conselhos Municipais de Desenvolvimento
- 11.460/00 - Isenta de Pedágios as placas de cidades sedes.
- 11.476/00 – Desobriga aposentado a contribuir com mais 2%
- 11.818/2002 – Obriga o cadastramento de aparelhos celulares
- 11.889/03 – RS122 – Rodovia Synval Guazzelli
- 12.715/07 – Denomina 2007 como Ano Garibaldi
- 12.859/07 – Denomina Ponte Valdomiro Bocchese a Ponte do Zeferino
- 12.876/07 – Identificador de chamadas nos telefones
- 12.978/08 – RS110 – Rodovia Deputado Júlio Redecker
- 13.029/08 – RST126 – Rodovia Waldemar Menon
- 13.369/10 – Inclui maçã e suco na merenda escolar (PL 158/2009)
- 13.491/10 – Corredor Fitossanitário (PL 235/2009 – Com dep Jerônimo)
- 13.661/11 – Institui o Dia Estadual do Fado.

- Emenda 32 À Constituição Estadual (Pec 119/2002) - Autoriza a Queima Controlada de Pastagens (Promulgada Em 26/6/2002).

- SELO DIGITAL - O projeto de lei 125/2007, de adiamento do Selo Digital dos Cartórios, foi aprovado por 29 a 7, mas vetado pelo Executivo em 05/12/2007.

- REDUÇÃO DO IPVA - O projeto reduzindo o IPVA dos automóveis de 5 para 3% e dos caminhões de 2 para 1%, foi incorporado ao projeto do Executivo.

PROJETOS DE LEI (2007-2010)

- PL 127/2007 – Isenção Pedágios
- PL 386/2007 – Estadualização RS456 – Pinhal da Serra e Divisa RS/SC
- PL 384/2009 - Doações ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente
- PL 387/2009 - Escola Afonso Marin – Santana
- PL 69/2010 – Inclui o Gado Franqueiro como Símbolo do Estado
- PL 133/2010 – Estende o FUNDOPEM-RS as Coeprativas
- PL 176/2010 – Denomina “Rodovia Frei Rovílio Costa” trecho RS437 Vila Flores/A.Prado
- PL 192/2010 – Denomina Ter.de Embarque do Aeroporto de Erechim como Jairo Castro
- PL 201/2010 – Cria Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos em Chuí
- PL 219/2010 - Criação do Cadastro Informativo de Jóias
- PL 257/2010 - Declara como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do RS a “Fazenda do Socorro”.

DA BANCA À TRIBUNA PARLAMENTAR

Dos homens públicos que exerceram suas atividades profissionais em Vacaria, Lagoa Vermelha e região, optando pela atividade política, destacamos alguns dos que foram eleitos com mandato parlamentar:



1 - AVELINO PAIM, vacariense foi deputado Estadual pelo Partido Republicano Riograndense – PRR (1905-1908). Foi um dos primeiros a reunir os correligionários ao ser deflagrada a Revolução Federalista, comandando o 65 Corpo Provisório organizado em Vacaria. Após isso, dirigiu o município em dois quadriênios.



2 - OSWALDO HAMPE – Pradense, foi deputado Constituinte (1935-1937)

3 – FIRMINO PAIM FILHO – Deputado Estadual (1909 a 1912, 1921 a 1924, 1935 a 1937), deputado federal (1924 a 1929), senador nos anos 30. Advogado, foi fundador e primeiro presidente do Banrisul. Nascido em São Sebastião do Caí, ainda jovem iniciou suas atividades políticas pelas mãos do seu tio, o republicano Avelino Paim de Souza.

4 – MANUEL DUARTE – Vacariense, deputado Federal Constituinte de 1946, advogado da primeira turma da faculdade de Direito de Porto Alegre, juntamente com Firmino Paim Filho. Autor de vários livros e renomado escritor. Foi intendente em Vacaria e São Sepé.



5 – NICANOR KRAMER DA LUZ (1913 – 1983), Esmeraldense, exerceu um único mandato parlamentar, de 1947-1951 como constituinte, mas certamente foi o que melhores resultados obteve para Vacaria (foi Prefeito) e a região.

6 – PORCÍNIO BORGES PINTO - Bomjesuense, exerceu quatro mandatos na Assembleia Legislativa (1951 a 1967). Nasceu em 30/01/1908, em Vacaria. Criador, representou o partido Social Democrático. Ex-prefeito de Vacaria e de Bom Jesus. Faleceu em Porto Alegre, em 21/03/98.





ABELARDO JOSÉ NACUL - Lagoense, foi o primeiro deputado de Lagoa Vermelha por 4 anos (1955/59), suplente nos anos seguintes até sua morte (junho 1962). Também exerceu o cargo de adjunto de procurador do Tribunal de Contas do Estado. Foi prefeito de Lagoa Vermelha (1948-1952), presidiu o PSD.

6 – SINVAL SEBASTIÃO DUARTE GUAZZELLI - Nasceu em Vacaria no dia 24/01/1930. Foi deputado estadual (1959-1967), deputado federal (1971 a 1975; 1983 a 1986; 1998 a 2001). Governador por duas vezes: de 15/03/1975 a 15/03/1979. Na segunda, como vice-governador de Pedro Simon, assumiu em 05/04/1990, quando o titular se afastou para concorrer ao Senado. Governou por onze meses, passando a faixa para Alceu Collares em 15/03/1991. Guazzelli foi filiado à antiga UDN, a ARENA e, mais tarde, fundou com Tancredo Neves o Partido Popular (PP), o qual foi posteriormente absorvido pelo PMDB, onde ele ficou até falecer em 12/04/2001.



7 – GETÚLIO MARCANTONIO - Vacariense, foi deputado Estadual de 1959-1974. Secretário da Agricultura e advogado.



8 – CAETANO PERUCHIN - Vacariense, odontólogo exerceu três mandatos de 1975 a 1986.



9 – ELOAR GUAZZELLI - Vacariense, advogado, Deputado Federal de 1979 – 1982.

10 – JARBAS LIMA - Lagoense radicado em Vacaria. Deputado Estadual por cinco mandatos (1975 a 1994), Federal (1995 a 1998), advogado, promotor público e secretário da justiça.





11 – ECLÉA FERNANDES - Professora e deputada na Assembleia Legislativa no período de 1983 – 1990.

12 – FRANCISCO APPIO, Bancário e Radialista. Foi Deputado Estadual por quatro mandatos (1991-1994; 1995-1998; 1999-2002; 2007-2010) e deputado federal (2003-2006).



TAMBÉM FORAM DEPUTADOS DA REGIÃO:

Adão Paulo Brum Viana - Deputado estadual (1947 a 1951);
João de Paula e Silva – Deputado federal (1955-1959);
Plauto Abreu – Deputado estadual (1955-1959);
Sacrovir dos Santos (Canto) Lisboa – Deputado estadual (1955-1959);
Henrique Henkin – Dep. Est. (1963-1967), Dep. Federal (1967-1970);
Octavio Omar Cardoso -Dep. Estadual (1963-1967;1967-1970);
Federal (1975-1978); senador (até 1985; até 1990);
Reinaldo Cherubini – Deputado estadual (1963-1967);
Urbano Dias de Moraes – Deputado estadual (1967-1970);
Eloy Lenzi – Deputado Federal (1971-1975; 1975-1978; 1979-1982);
Loris Realli – Deputado estadual (1975-1979; 1979-1982).
Darcy Pozza – Deputado Federal (1979-1982; 1983-1986; 1987-1990);
Paulo Mincarone – Deputado Federal (1983-1986; 1987-1990)
Achyilles Braghirolli – Deputado estadual (1987-1990 e 1991-1994);
Francisco Turra – Deputado Turra (1987-1990; 1991-1994);
César Busatto - Deputado estadual (1995-1998);
Maria do Rosário -

APPIO PRESTA CONTAS

O deputado Francisco Appio, entrevistado pelo repórter Aldoir Santos - Rádio Fátima de Vacaria – fez uma prestação de contas de sua atividade parlamentar que chega ao fim em 31 de janeiro e das perspectivas de seu futuro político. A transcrição revisada está reproduzida abaixo:

Aldoir: Quando foi a sua primeira eleição?

Appio: Começamos em 1986. Ingressei na vida política, porque da vida pública já participava (o radialista faz vida pública) desde 1963, quando foi meu ingresso no rádio. Mas na vida partidária foi em 15 de novembro de 1985. Fui convidado para ser candidato a vereador pelo PDS, logo em seguida, dada a repercussão do meu ingresso na vida partidária, fui convidado para ser candidato a prefeito e pouco tempo depois candidato a deputado estadual.

Avaliamos que a entrada na eleição de 1986 era fundamental e disputamos a eleição do Plano Cruzado, fiz uma grande votação, mas o partido caiu de vinte quatro cadeiras para dez na Assembleia Legislativa. Depois veio a eleição para prefeito em 1988, eleição histórica e polêmica, mas faltaram alguns votos e deixamos de chegar ao paço municipal. Finalmente em 1990, então já eleito pela região, pude iniciar o primeiro de cinco mandatos.

Aldoir: Se o senhor fosse resumir os principais projetos desses cinco mandatos, quais foram e o que mudou na vida da população da região de Vacaria?

Appio: Como não se pode atribuir apenas ao deputado distrital todos os males, tão pouco todas as coisas boas, lhe dão o mérito com exclusividade. Mas não é pura coincidência que nesses vinte anos fizemos o asfalto da BR285, da estrada RS122 para Antônio Prado, do aeroporto, da BR470, em Lagoa. E melhoria dos hospitais que eram bem piores antes disso.

Encarnamos o deputado distrital e valorizamos o mandato da região, ao longo de várias eleições mostrando ao eleitor a vantagem de votar em candidato da terra. Não foi diferente desta vez, o eleitor continuou votando em candidato local, só que pulverizou em vários candidatos. Não há como ter duas cadeiras em nossa região.

Realizamos a aproximação do Parlamento ao eleitor, com a valorização da nossa cultura regional, produção do nosso agroturismo.

Valorizamos a atividade do caminhoneiro, com o SOS caminhoneiro, infelizmente o único parlamentar a defender esta categoria. Defendemos questões polêmicas regionais, como o combate às drogas, que tanto afetam as famílias, a queima de campo, necessária na região, a infraestrutura de estradas, pontes e aeroportos e as emancipações.

Criamos novos municípios que contiveram o êxodo rural. Foram vários (processos elaborados em nosso Gabinete na Assembleia) que derrubaram o temor de que trariam degradação da economia regional.

Pelo contrário, atraíram mais recursos via emendas parlamentares e via fundo de participação dos municípios e do ICMS, pelo valor da produção. Os distritos transformaram-se em municípios sem cortar o cordão umbilical com o município mãe.

Desempenhamos ao longo de vinte anos, como deputado distrital, quase tudo aquilo que o eleitor desejava: não se afastar, estar comprometido, defender as causas não importa qual o segmento, defensor de todas as categorias e como dizia num jargão do tempo do rádio, narrando futebol: ***“vestir a camisa da terra da gente”***.

FALTOU DIZER: A Isenção do ICMS em 2005, assinada pelo Governador Rigotto, ampliou a geração de empregos na fruticultura. Nem tanto nos pomares, mas nas câmaras frias, com empregos mais qualificados, com a introdução da armazenagem com atmosfera controlada.

FALTOU DIZER: Na saúde, abrimos pousadas/albergues em Caxias do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre, mantidas por cinco anos e fechadas em respeito à lei. Prestamos serviços para milhares de pessoas na hospedagem e transporte.

FALTOU DIZER: Deixar o rádio foi um erro. As pessoas estavam acostumadas com aquela companhia diária. Mas foi culpa da briga com os preços dos pedágios. Fui rifado. Era eu ou eles.

Ganharam eles, que têm dinheiro, muito dinheiro e ameaçavam tirar a propaganda da rádio.

FALTOU DIZER: Vale a pena defender os caminhoneiros. Fui o único e por mais de trinta anos. Dizem que caminhoneiro não vota, mas defendi esta causa, pelos problemas que eles enfrentam nas estradas. Quando votarem (on-line, em qualquer lugar do país), serão mais valorizados.

Aldoir: O Senhor esteve um período em Brasília, como foi esta experiência federal?

Appio: Muito boa e com resultados muito bons. Nós tivemos a oportunidade de trazer vinte dois milhões de reais em emendas que foram carimbadas para Vacaria e entorno. Poderiam ter ido para outros municípios, mas ficaram aqui, graças à presença do deputado distrital.

Na época, eram 3 a 4 milhões/ano, hoje são vinte milhões de reais para cada deputado federal por ano. Critico a omissão de deputados federais que buscam votos em nossa região e não dão o retorno, deveriam investir mais em emendas em nosso município, eles dispõem de vinte e dois milhos de reais por ano. Pudemos alavancar a hemodiálise, iniciada pelos meus colegas do Banco do Brasil, grupo do qual fazia parte com os saudosos Alzemar Brito Boschi, Darci Barbosa, e outros que foram para o Oriente Eterno, além do Claudionor Dian, Olavo Caieron, Danilo Coelho, José Ari, Clodomiro Boeno, entre outros.

Ampliamos a hemodiálise em cada ano de nosso mandato desde 1991 até 2003. Naquele ano na Câmara Federal, com uma emenda de mais de 735 mil, compramos dezenove máquinas e iniciamos a Associação dos Renais, que hoje tem sede própria.

Promovemos a nossa cultura regional atraindo recursos para parques de rodeios, conchas acústicas, portais turísticos e 58 publicações com mais de meio milhão de exemplares, distribuídos gratuitamente.

A inclusão digital foi outro desafio. Não se falava em inclusão digital antes de 2004, mas conseguimos com recursos substanciais equipar laboratórios de escolas municipais de 39 municípios. Todas as escolas de Vacaria também foram equipadas, além da abertura da sala virtual com Internet grátis para estudantes.

O deputado distrital retomou a luta pela BR470 e pela BR285. Em 1991, tínhamos perdido as BRs, estadualizadas no Governo Collor.

Graças à intermediação do líder do governo Vitor Faccioni mobilizamos a região e convencemos o presidente Collor a federalizar tanto a 285 quanto a 470 e através de emendas de bancadas foram alocados recursos, para que houvesse a retomada das obras, o que felizmente aconteceu.

No legislativo, tive a oportunidade de relatar e votar projetos polêmicos, mas a busca de recursos foi importante, sim.

FALTOU DIZER: A resposta positiva apareceu com reeleições facilitadas, baixo custo de campanha e elevado nível de aprovação. Recebemos o Mérito Legislador 2008, no Senado, prêmio pela lei 12.872 (acabou com os telefones celulares não identificados); Troféu o GAÚCHO, a maior distinção do Tribunal de Contas do Estado, em 2010; o troféu Fernando Pessoa, do Instituto Cultural Português (pelas publicações nos cadernos culturais) e reconhecido como Cidadão de Vacaria, Campestre, Muitos Capões, Pinhal da Serra, Esmeralda, Monte Alegre dos Campos, Antônio Prado e Bom Jesus, por leis aprovadas pelas câmaras de vereadores.

Aldoir: O Senhor deixa a Assembleia Legislativa, mas não vai deixar a vida político partidária, até porque é uma expressiva liderança do Partido Progressista em Vacaria e na região. O senhor já começa a examinar o cenário político da região junto com o partido para a próxima eleição municipal?

Appio: Pouco antes do Natal, com Afonso Viapiana, nosso vice-presidente em exercício, pelo licenciamento do Jonas Jacobi dos Santos, com a presença de membros da executiva, fizemos análise apenas preliminar.

Primeiro é preciso reestruturar o partido, isto é, oxigená-lo de forma permanente, processo que deveria ter data e hora num calendário anual, ou semestral, não só do meu partido, de todos os partidos.

Todos os partidos políticos, exceto o PT que foi o grande vitorioso, elegendo presidente, governador e prefeito de Vacaria, todos os outros partidos precisam reexaminar suas estratégias, estimular a participação e a militância. Nós do Partido Progressista, que acabamos de perder o único mandato que tínhamos, naturalmente não falamos ainda em eleição municipal, mas em reorganização partidária.

Devo continuar na política, pois do Banco do Brasil me afastei definitivamente (1995, no PDV) e deputado gaúcho não se aposenta, apesar de cinco mandatos.

Vamos buscar uma nova função, mas não do emprego pelo emprego, que naturalmente encontraria fora da política, onde tenho vários convites. Desejo continuar na vida pública para continuar atendendo esta busca dos recursos para a saúde.

Pelo hospital, ainda ontem brigávamos, no bom sentido, com o secretário da Fazenda, pela liberação da emenda de um milhão e duzentos mil para a construção de um novo bloco cirúrgico, um compromisso da governadora Yeda com o deputado da região. Quero continuar na defesa do campo e da lavoura, da maçã aos pequenos frutos, pela produção de grãos, pela pecuária (polêmica da queima de campo), pela cultura regional.

Estamos lançando mais uma publicação **“Vacaria 160 anos”**, que pode ser acessada na Internet, clicando a capa (estranha ou curiosa maçã de chapéu), é a maçã gaúcha, quem sabe como sugere o chapéu precisa de proteção. Nós tivemos um golpe violento na fruticultura regional, que é um do carro chefes ao lado dos grãos na nossa economia, e nós precisamos, naturalmente, continuar essa luta. E tem esta questão cruel do cartel dos pedágios. Evitamos a prorrogação, evitamos o aumento de tarifas, mas esta deve ser uma vigilância permanente.

E tem a Usina do Pai Querê, não queremos que se repita o episódio da BAESA, onde o grande empreendimento que causou impacto ambiental não trouxe compensações expressivas. Que não se repita neste novo projeto, que ainda esta na fase de licença ambiental, a inserção de compromissos compensatórios que serão discutidos e assumidos, mas não cumpridos.

Só para lembrar, quando da Baesa, juntamente com então vereador Romeu Biazus, colocamos uma emenda para que a compensação ambiental para Vacaria fizesse o tratamento das águas do Uruguaizinho e do Carazinho, importantes para o nosso saneamento básico.

A emenda foi feita, aprovada, fez parte do relatório, mas a Baesa não cumpriu. Não tivemos força para fazer cumprir, mas não permitimos sua inauguração. No caso da Pai Querê precisamos de regras mais duras, à luz do Diagnóstico das Águas dos Campos de Cima da Serra. Lançamos recentemente o resultado da pesquisa das águas na região, a meu juízo o maior dos projetos, apesar de a hemodiálise ter sido importante. O diagnóstico das águas, tanto subterrâneas como superficiais, afasta dúvidas e temores, mas não descarta a obrigação do seu controle e tratamento.

Estávamos desconfiados da presença de contaminação, não apenas pelo uso do agrotóxico, mas também pela falta de saneamento, o pior dos problemas, pois reflete na saúde pública. Deverei continuar, não sei onde, a partir de fevereiro, mas vigilante nestas bandeiras que recebi quando da primeira eleição em 1990.

Aldoir: Deputado Appio, especula-se muito nos bastidores da política uma possível, uma provável coligação entre o PP e o PMDB, adversários históricos aqui em Vacaria, inclusive com alguns nomes, pelo lado do PP o seu nome, pelo lado do PMDB nomes como da vereadora Elisabete, do vereador Douglas. Qual a análise deste cenário?

Appio: A gente não descarta nada, não sou o dono do Partido Progressista, não há donos no Partido Progressista, há vontades, projetos, estratégias a serem montadas, pesquisas a serem feitas, programas de governo a serem debatidos.

Hoje, no cenário que estamos vivendo, os partidos estão tão próximos que permitem coligação do PP com o PT, do PDT com o DEM em todas as partes, mesmo na região. Ainda conservamos em Vacaria uma estrutura muito conservadora, com três, quatro pilares de partidos políticos, que raramente se juntam em torno de um projeto Pensando Vacaria.

Não sei se é chegada à hora de fazer isso, mas não vai tardar o momento em que as pessoas vão pensar num projeto maior, não pensando no partido político, no crescimento partidário, mas Pensando Vacaria. Terão que abrir mão de algumas vontades pessoais, de alguns interesses partidários e consagrar a ideia de que só uma grande união poderá dar a Vacaria o impulso necessário para o seu crescimento.

Não desmereço o fato de que o PT chegou ao governo municipal, pelos méritos do Prefeito Elói, mas não desprezo a polêmica atuação dos candidatos que disputaram a eleição, tampouco quando dizem que não foi Elói que ganhou, mas que Palombini e Pegoraro perderam.

Mas essa é uma questão superada, nós não estamos no segundo turno desta eleição, deve servir como lição. Nós temos que pensar que o PT tem nas mãos o governo do Estado e o governo federal e certamente fará uma grande administração. Não lhe faltam recursos. Não tem mais aquele discurso de que a governadora é de outro partido, como foi nestes oito anos do Lula. Agora tem a faca e o queijo na mão e eu desejo veementemente que o Elói consiga esses recursos para fazer de seu mandato um grande mandato, como foi do Pegoraro, como foi do Palombini, como foi do Mezari, como foram de tantos outros.

Entretanto, não descarto a necessidade de uma oposição para fiscalizar, para criticar construtivamente, e quem sabe isso possa gerar uma união de interesses partidários. Agora, não falo em nomes. Não dá para falar em nomes. Eu mesmo não sei se serei candidato. Sou um candidato do partido, estarei à disposição do partido. Pode ser que concorra a prefeito se o partido desejar, pode ser que concorra a vice-prefeito se o partido desejar, pode ser que concorra a vereador se o partido desejar.

Não quero ficar fora do processo da vida pública, porque abri mão de uma profissão que foi muito importante para mim no Banco do Brasil (uma grande escola), abri mão do rádio que é a minha grande paixão, (inicie minha vida em 1963), mas abracei a vida pública onde encontrei a possibilidade de fazer alguma coisa, de transformar a retórica em atos e ações pró-ativas.

Claro que fiquei triste com o resultado. Fiquei triste naquele instante. No resultado, quando percebi que tinha feito 34.200 votos, mais do que muito dos que se elegeram, pensei: “olha é sério demais pra rir, e eu já estou crescendo demais pra chorar”.

Mas não há mágoas, não há ressentimentos, há sim uma convicção de que erramos na estratégia. Nesta eleição tínhamos projetos, alguns individuais, pessoais, outros coletivos, mas erramos na pulverização. Então, no erro a gente tenta acertar o que vem por aí nos próximos dois anos.

FALTOU DIZER: Precisamos avançar na reforma política em pelo menos três aspectos: financiamento de campanha precisa mudar, adotar o financiamento público, combater o caixa 2, limitar os gastos (as campanhas são milionárias). Quando alguém abre o site do TRE e lê as prestações de contas, fica assustado com o que é declarado, apesar da Lei do Abuso do Poder Econômico.

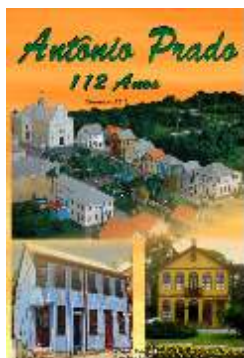
Bati nas portas da FIERGS, FEDERASUL, FECOMERCIO, FARSUL para pedir indicações de doadores, mas silenciaram. Senti que estava mais difícil do que o esperado (pela oposição à não prorrogação dos contratos de pedágios, CPI dos Pedágios, etc) quando telefonei para uma grande empresa gaúcha e me disseram que não estava na lista.

O Gerdau que ajuda todos os candidatos, me ajudou nas eleições anteriores, mas nesta fiquei de fora. Fidelidade Partidária deve ser instrumento de regulação das candidaturas. Se os partidos devem ser fortes, com princípios definidos, por que não os candidatos?

Acabaria com as legendas de aluguel. Por exemplo: fazer dobradinha com candidatos de outros partidos deveria ser examinada por uma Comissão de Ética. Regionalizar a campanha no rádio e TV, pois a forma atual impede a comunicação dos candidatos com seus eleitores, para a prestação de contas e propostas. Isso explica o êxodo eleitoral para as grandes cidades, onde a mídia é maior e dá mais visibilidade aos candidatos. Veja o caso de Caxias do Sul que elegeu 4 ESTADUAIS e 2 FEDERAIS (**Francisco Appio - 31/01/2010**).

PUBLICAÇÕES - As publicações a seguir encontram-se em www.appio.com.br podem ser lidas ou baixadas em seu computador basta clicar sobre as capas no link PUBLICAÇÕES.





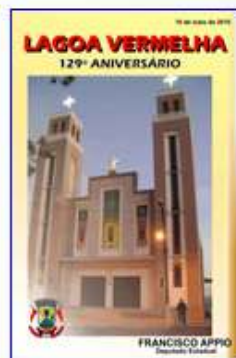
2010



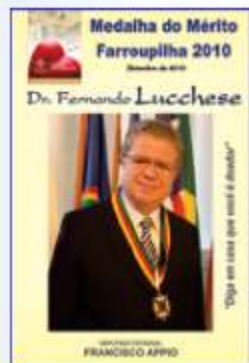
2010



2010



2010



2010



Pinhal da Serra
2010



Campestre da Serra
2010



Flores da Cunha
2010



Vacaria
2010



Caxias do Sul
2010



Muitos Capões
2010



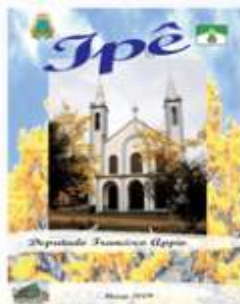
Antônio Prado
2010



2009



2009



2009



2009



2008



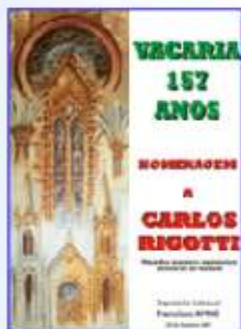
2008



2008



2007



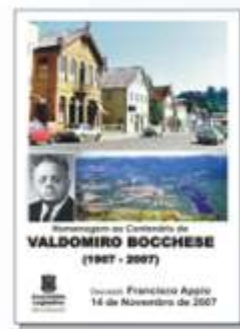
2007



2008



2007



2007



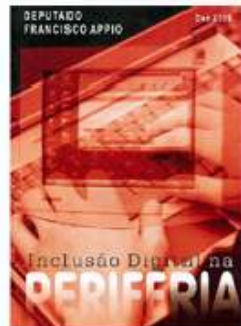
2006



2006



2005



2006



2009



2006



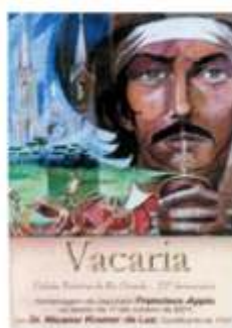
2006



2001



2005



2001



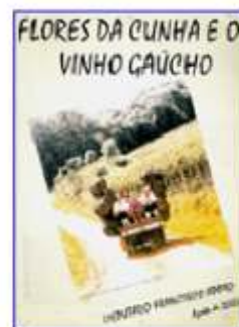
2002



2000



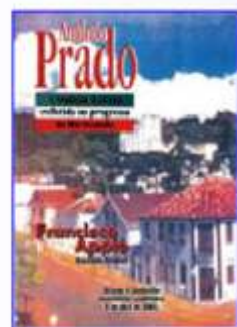
2006



2002



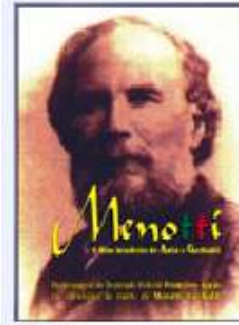
2004



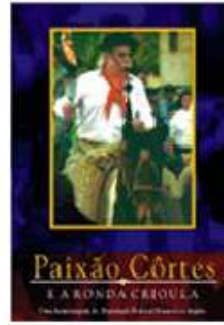
2001



2002



2003



2004



2000



PL257/2010 - Fazenda Nossa Senhora do Socorro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL
Praça Marechal Deodoro, 101 - 11º Andar - Sala 1105
Fone: (51) 3210-1180 Fax: (51) 3210-2536
E-mail: gab.franciscoappio@alrx.gov.br